

**CENTRO UNIVERSITÁRIO MAIS – UNIMAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

Célia Marina Azarias Souto

**OS CAMINHOS PARA INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: DESENVOLVIMENTO E AVANÇOS NO CENTRO-OESTE
DO BRASIL**

**INHUMAS – GO
2024**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO MAIS – UNIMAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

Célia Marina Azarias Souto

**OS CAMINHOS PARA INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
DESENVOLVIMENTO E AVANÇOS NO CENTRO-OESTE DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário Mais – UNIMAIS como parte integrante dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Dra. Selma Regina Gomes

INHUMAS - GO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
BIBLIOTECA CORA CORALINA - UniMais

S726c

SOUTO; Célia Marina Azarias

Os caminhos para inclusão escolar na educação infantil: desenvolvimento e avanços no centro-oeste do Brasil. – Inhumas: UniMais, 2024.

84 p.: il.

Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação Superior de Inhumas - UniMais, Mestrado em Educação, 2024.

“Orientação: Dra. Selma Regina Gomes”.

1. Inclusão Escolar; 2. Educação Infantil; 3. Processos Inclusivos; 4. Centro-Oeste. I. Título.

CDU: 37

Célia Marina Azarias Souto

**OS CAMINHOS PARA INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
DESENVOLVIMENTO E AVANÇOS NO CENTRO-OESTE DO BRASIL**

Trabalho apresentado a Banca Avaliativa, como parte integrante dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação, constituída por:

Dra. Selma Regina Gomes
(Orientadora- UNIMAIS)

Dr. Marcelo Máximo Purificação
(Membro interno – UNIMAIS)

Dra. Gislene Lisboa de Oliveira
(Membro externo – UEG).

INHUMAS - GO

2024

Dedicatória

A Deus e a todos os meus familiares e amigos especialmente em memoriam: meu marido Wilmar Souto da Silva e minha mãe Altair de Oliveira Azarias.

Agradecimentos

Agradeço a minha família, principalmente ao meu pai Ivo José Azarias, amigos e professores, orientadores, todos aqueles que me ajudaram direta e indiretamente a concluir este trabalho, todos aqueles que tiveram paciência comigo em momentos de tensão e de empenho e que me ajudarão a conseguir o que já consegui até hoje na minha vida.

Epígrafe

“Educação não transforma o mundo.
Educação muda as pessoas.
Pessoas mudam o mundo.”
(Paulo Freire).

RESUMO

O presente estudo foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário Mais – UNIMAI, na linha de pesquisa "Educação, Cultura e Processos Pedagógicos". O objetivo deste trabalho é investigar o processo de inclusão escolar na educação infantil, com foco específico em Goiás, na região Centro-Oeste do Brasil. A inclusão escolar na educação infantil tem avançado significativamente nessa região, à luz de políticas públicas e ações educacionais. As escolas têm buscado criar ambientes acolhedores e inclusivos, promovendo a participação de todas as crianças, independentemente de suas habilidades, necessidades especiais ou diversidade cultural. Esse movimento valoriza a diversidade e reconhece a importância do respeito às diferenças para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária desde a infância. Por meio da adaptação de metodologias de ensino e de recursos pedagógicos, a inclusão escolar na educação infantil se fortalece, permitindo que as crianças desenvolvam-se e aprendam juntas, contribuindo para a construção de um futuro mais inclusivo e igualitário. Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa teórica com base em autores como Leite (2010), Oliveira (2017), Silva (2021), Souza (2018), Vieira (2020) e outros. Entre os resultados, destacamos a importância da legislação inclusiva, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), que asseguram os direitos das crianças com deficiência na escola regular. Além disso, ressaltamos a necessidade de formação continuada dos professores para lidar com a diversidade e atender às necessidades educacionais das crianças com deficiência, bem como a importância da adaptação de recursos e da criação de ambientes inclusivos. A parceria com instituições especializadas e a participação ativa das famílias também se revelam fundamentais para garantir a inclusão escolar.

Palavras-chave: Inclusão Escolar; Educação Infantil; Processos Inclusivos; Centro-Oeste.

ABSTRACT

The present study was developed within the Graduate Program in Education at Mais University Center – UNIMAIS, focusing on the research line "Education, Culture, and Pedagogical Processes." The objective of this work is to investigate the process of school inclusion in early childhood education, with a specific focus on Goiás, in the Central-West region of Brazil. School inclusion in early childhood education has significantly advanced in this region, in light of public policies and educational actions. Schools have sought to create welcoming and inclusive environments, promoting the participation of all children, regardless of their abilities, special needs, or cultural diversity. This movement values diversity and recognizes the importance of respecting differences for building a fairer and more equitable society from childhood onward. Through the adaptation of teaching methodologies and pedagogical resources, school inclusion in early childhood education is strengthened, allowing children to develop and learn together, contributing to the construction of a more inclusive and equitable future. This study adopted a qualitative approach based on theoretical research grounded in authors such as Leite (2010), Oliveira (2017), Silva (2021), Souza (2018), Vieira (2020), and others. Among the results, we highlight the importance of inclusive legislation, such as the Brazilian Law on the Inclusion of Persons with Disabilities (Law No. 13.146/2015) and the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education (MEC, 2008), which ensure the rights of children with disabilities in regular schools. Furthermore, we emphasize the need for ongoing teacher training to address diversity and meet the educational needs of children with disabilities, as well as the importance of adapting resources and creating inclusive environments. Collaboration with specialized institutions and active participation from families also prove essential in ensuring school inclusion.

Keywords: School Inclusion; Early Childhood Education; Inclusive Processes; Central-West.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CEE - Conselho Estadual de Educação

CEPAD - Centro de Estudos e Pesquisas em Autismo e Deficiência

CF/88 - Constituição Federal de 1988

CME - Conselho Municipal de Educação

DCGO - Documento Curricular de Goiás

DF - Distrito Federal

GO - Goiás

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

MS - Mato Grosso do Sul

MT - Mato Grosso

PRONASE - Programa Nacional de Apoio à Educação Especializada

SEDUC - Secretaria de Educação.

SUMÁRIO

INTRODUTÓRIO	12
1. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CENTRO-OESTE DO BRASIL COM FOCO EM GOIÁS	15
1.1. Educação Especial no Brasil	15
1.2 Breve histórico da Educação Especial em Goiás	22
1.2 Trajetória da Educação Infantil no Centro-Oeste e em Goiás	30
1.3 Educação especial em Goiás	35
2 APORTE LEGAIS, AVANÇOS E AS DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO PRÁTICA DA INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO E EM GOIÁS	38
2.1 Alguns aportes legais sobre educação especial no Brasil	38
2.2 As políticas educativas inclusivas em vigor no estado de Goiás: aportes legais	44
2.3 A BNCC e DC-GO na Educação Infantil Inclusiva	45
2.4 Pontos e contrapontos da inclusão escolar no estado de Goiás e Centro-Oeste.....	49
3. ANÁLISE DAS POLÍTICAS INCLUSIVAS EM VIGOR NO CENTRO-OESTE E EM GOIÁS	54
3.1 Avanços e dificuldades no Centro-Oeste	54
3.1.1 Uma visão rápida da perspectiva de inclusão na Educação Infantil no Distrito Federal.....	57
3.1.2 Uma visão rápida da perspectiva de Inclusão na Educação Infantil no Mato Grosso	61
3.1.3 Uma visão rápida da perspectiva da inclusão na Educação Infantil no Mato Grosso do Sul	64
3.1.4 Uma visão rápida da perspectiva de Inclusão na Educação Infantil no Goiás	65
3.2 Caminho metodológico.....	69
3.2.1 Resultado da Análise	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERENCIAS	79

INTRODUÇÃO

Este estudo aborda questões referentes à inclusão escolar na Educação Infantil, destacando o desenvolvimento e os desafios do processo de inclusão na região do Centro-Oeste brasileiro, com foco especial no estado de Goiás, a partir do contexto educacional e das políticas públicas implementadas desde a década de 1980. Parte-se da premissa de que, sob a intervenção e influência do modelo neoliberal de sociedade, o modelo educacional contemporâneo se pauta em reformas educativas orientadas por organizações internacionais, como a ONU, o Banco Mundial, a OIT, a UNESCO e o FMI (Lobo, 2014).

Para contextualizar o objeto de pesquisa proposto – a inclusão escolar na Educação Infantil – é importante compreender as conexões que permeiam esse processo. A educação de crianças de 0 a 6 anos, anteriormente considerada apenas como apoio e assistência, passou a ser reconhecida, a partir da Constituição Federal de 1988, como um direito do cidadão e um dever do Estado, em resposta à demanda social pela defesa dos direitos das crianças. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996) estabelece que a educação infantil visa ao desenvolvimento integral das crianças de até 6 anos de idade, por meio de ações complementares familiares e comunitárias, abrangendo aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais (Brasil, 2006).

As motivações para este estudo derivam de minha atuação como professora da Educação Básica, incluindo o Ensino Fundamental II/Médio e a Educação Infantil. Ser professora no contexto atual representa um grande desafio, acompanhado de uma constante necessidade de aperfeiçoamento. A sociedade e a educação estão em constante mudança. Um dos principais desafios enfrentados pelos educadores atualmente é manter-se motivado a participar do processo educacional. Ao optar pela carreira docente, reconheci os desafios que me aguardavam e, por meio de um desenvolvimento profissional contínuo, busco aprimorar meu perfil profissional a cada dia.

Este estudo se justifica pela presença contínua de problemas relacionados à inclusão em nossa sociedade e pela maneira inadequada com que, muitas vezes, são tratados. Como mestranda em educação e professora da educação infantil, é essencial entender as políticas públicas que estão sendo planejadas e implementadas

em nossa cidade, nosso estado, estados vizinhos e em todo o país. Isso nos permite identificar sinais de desenvolvimento e progresso nessas políticas.

Diante do exposto, abordar a educação infantil inclusiva nos auxilia a compreender, acompanhar e verificar as ações das políticas públicas educacionais em todos os níveis (federal, estadual e municipal). A participação da sociedade é fundamental para avaliar os objetivos, processos e resultados dessas ações.

Justificamos a importância e a pertinência deste estudo em três níveis, a saber: (I) Pessoal – porque sou fruto de uma escola tradicional, onde alunos e pais pouco foram ouvidos, e onde a ausência de políticas públicas eficazes sempre foi uma constante. Uma escola caracterizada pela rigidez e pelo autoritarismo. Passar por essa formação em nível de mestrado foi fundamental para que eu compreendesse, hoje, a importância de uma escola onde todos os participantes têm responsabilidades, incluindo o pensamento crítico e a tomada de decisões. (II) Profissional – como professora, com experiência em gestão escolar e em cargos públicos, percebo que conhecer as políticas públicas educacionais vigentes e exigir sua aplicação fortalece o processo educativo. Contudo, para isso, é necessário pensar de forma integrada e participativa. (III) No campo científico, para integrar os estudos desenvolvidos até o momento e situar o estado de Goiás no circuito de reflexão sobre o tema da inclusão escolar na educação infantil. Além disso, acredito que, do ponto de vista científico, é possível construir e desenvolver ideias, ações e intervenções para os contextos discutidos e estudados nas investigações, tanto aqui no Brasil quanto em outros contextos ao redor do mundo.

Apresentamos a seguinte questão-problema a ser respondida neste estudo: Como a inclusão escolar se desenvolve na educação infantil no Centro-Oeste do Brasil, especialmente em Goiás, e quais são as normatizações aplicáveis, os serviços prestados e quem está envolvido?

O objetivo geral deste trabalho é investigar o processo de inclusão escolar na educação infantil, com foco específico em Goiás, na região Centro-Oeste do Brasil. Para isso, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: discutir a implementação da política de educação especial na educação infantil em Goiás; identificar os avanços e dificuldades na implementação da inclusão escolar na educação infantil na região Centro-Oeste, com ênfase em Goiás; e destacar as políticas de educação especial e inclusão adotadas na educação infantil em Goiás.

No que tange aos caminhos metodológicos, utilizamos revisões e balanços documentais, abordagens frequentemente empregadas em pesquisas qualitativas nas áreas das ciências sociais e humanidades. Embora cada abordagem possua suas técnicas e objetivos específicos, elas podem ser inter cruzadas para proporcionar uma compreensão mais abrangente e profunda do objeto de estudo.

A análise documental refere-se à análise de documentos, sejam eles textos escritos, fotografias, vídeos, áudios, entre outros. Esses documentos podem ser de natureza pública (como leis, regulamentos, jornais, websites) ou privada (como cartas, diários, relatórios). A análise documental busca extrair informações relevantes desses documentos para responder a uma ou mais questões de pesquisa. Nesse sentido, é uma técnica essencialmente descritiva, pautada na identificação e organização de dados a partir do material analisado (Gil, 2002).

Ao inter cruzar a análise documental e a técnica de revisão, é possível combinar a descrição detalhada dos documentos com a interpretação de seus significados mais profundos. A análise documental fornece uma base sólida para identificar as evidências e dados objetivos contidos nos documentos (Gil, 2002).

O trabalho encontra-se organizado da seguinte forma:

Uma introdução que visa oferecer uma visão geral do estudo, situando o leitor no contexto da pesquisa. São apresentadas as motivações e a relevância do estudo, bem como a questão de investigação e os objetivos. Os procedimentos metodológicos, os achados iniciais e a estrutura do trabalho também são abordados, buscando fornecer ao leitor uma compreensão da importância do estudo e permitindo que ele acompanhe o desenvolvimento dos próximos capítulos.

No Capítulo 1, discutimos o processo de implementação da política de educação especial na educação infantil do Centro-Oeste do Brasil, com ênfase em Goiás. Inicia-se com uma breve apresentação histórica da Educação Infantil no país, destacando o contexto do Centro-Oeste e, mais especificamente, de Goiás. Além disso, são apresentados conceitos e aspectos históricos da educação especial no Brasil, no Centro-Oeste e em Goiás. Também é realizado um cruzamento de aparatos legais, buscando identificar aspectos relevantes relacionados à educação especial. Nesse sentido, são analisados elementos presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Documento Curricular de Goiás (DC-GO) que sejam significativos para a educação inclusiva. Por fim, abordamos os pontos e contrapontos

que envolvem a inclusão de crianças com deficiência na educação infantil, embasando-nos em estudos e pesquisas. Questões como adaptações curriculares, formação dos profissionais da educação e recursos materiais e humanos necessários para garantir uma educação inclusiva de qualidade são discutidas.

No Capítulo 2, buscamos mapear os avanços e dificuldades na implementação prática da inclusão escolar na educação infantil do Centro-Oeste brasileiro, com foco especial no estado de Goiás. Além disso, são analisadas as políticas de educação especial e inclusão desenvolvidas no âmbito da educação infantil nesse estado. Por fim, são acrescentados elementos às considerações finais.

No Capítulo 3, destacamos as políticas de educação especial e inclusão desenvolvidas no âmbito da educação infantil no estado de Goiás.

1 IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CENTRO-OESTE DO BRASIL COM FOCO EM GOIÁS

Neste capítulo, abordamos a implementação da política de educação especial na educação infantil do Centro-Oeste do Brasil, com destaque para Goiás.

Começamos apresentando um breve histórico da Educação Infantil, em seguida discorreremos sobre a trajetória da Educação Infantil na região Centro-Oeste e também no estado de Goiás. Ainda no capítulo, exploramos o conceito e histórico da Educação Especial no Brasil e abordamos especificamente a situação da educação especial em Goiás.

1.1 Educação Especial no Brasil

A educação especial segundo Capellini (2005), é uma modalidade de educação voltada para alunos com necessidades educacionais especiais, sejam elas de natureza física, emocional, intelectual ou sensorial. Ressalta que a educação especial busca promover a inclusão desses alunos no ambiente escolar regular, oferecendo-lhes recursos e estratégias pedagógicas adaptadas às suas necessidades específicas. Além disso, ela também visa garantir o pleno acesso a oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, de forma que esses alunos possam alcançar seu máximo potencial.

A educação especial no Brasil é uma modalidade de ensino que visa garantir o direito à educação de crianças, jovens e adultos com deficiência ou necessidades educacionais especiais. Também abrange aqueles que apresentam altas habilidades/superdotação. Esse tipo de educação busca oferecer condições de acesso, permanência e participação plena no ambiente escolar, garantindo o atendimento educacional especializado de acordo com as necessidades individuais de cada aluno.

No Brasil, a educação especial é regida pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que preconiza a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares e a garantia de uma educação de qualidade para todos. A educação especial no país engloba diferentes modalidades de ensino, como educação especial inclusiva, educação bilíngue para surdos, educação de jovens e adultos com deficiência, educação especial na área da visualidade, da surdo-cegueira, da deficiência intelectual, entre outras.

Para a efetivação da educação especial no Brasil, existem estratégias específicas, como a oferta de salas de recursos multifuncionais, a formação de professores especializados, a adequação de espaços físicos para acessibilidade, a

disponibilidade de materiais pedagógicos e recursos tecnológicos específicos, entre outros. Entretanto, a educação especial no país ainda enfrenta desafios relacionados à inclusão plena e efetiva dos alunos com deficiência nas escolas regulares, bem como à garantia de um atendimento educacional especializado de qualidade. Ainda há necessidade de aprimoramento das políticas e práticas inclusivas na educação brasileira.

No Brasil, a educação inclusiva é norteada por diversos documentos legais e diretrizes. Alguns dos principais são: 1. Constituição Federal de 1988: Estabelece a igualdade de direitos e a proibição de discriminação, garantindo a inclusão social de todos os cidadãos. 2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96: Define que a educação brasileira deve ser inclusiva, garantindo o direito de todos à educação, inclusive das pessoas com deficiência. 3. Plano Nacional de Educação (PNE): Estabelece metas e estratégias para a melhoria da qualidade da educação, incluindo a promoção da educação inclusiva. 4. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD): Promulgada pelo Decreto nº 6.949/09, a convenção estabelece direitos e princípios fundamentais para garantir a inclusão plena e efetiva das pessoas com deficiência na sociedade.

Apesar de os avanços proporcionados por esses documentos, ainda há desafios significativos para a plena efetivação da educação inclusiva no Brasil. Alguns problemas e lacunas que ainda precisam ser enfrentados incluem: 1. Infraestrutura inacessível: A falta de acessibilidade em escolas, como rampas, banheiros adaptados e transporte adequado, dificulta a inclusão de alunos com deficiência. 2. Formação inadequada de professores: Muitos educadores não recebem capacitação adequada para lidar com a diversidade de necessidades dos estudantes com deficiência. 3. Pouca valorização da diversidade: Ainda é comum encontrar estigmas e preconceitos dentro do ambiente escolar, o que dificulta a inclusão e o respeito à diversidade. 4. Falta de recursos e apoio: A carência de recursos financeiros, materiais e humanos adequados para atender às necessidades especiais dos estudantes limita a efetividade da inclusão. 5. Dificuldade de articulação entre as políticas públicas: A falta de integração e articulação entre as políticas de educação e as demais políticas públicas voltadas para a inclusão é um desafio a ser superado.

Entre os principais autores que abordam a temática da Educação Especial no Brasil pontuamos: Mantoan (2003), Capellini (2005, 2010 e 2013), Coll (2010), Benetti (2019), Leite (2010), Sellbom (2022) entre outros.

Os autores acima reconhecem a educação especial é um campo vital que busca atender às necessidades de aprendizado de indivíduos com deficiências ou dificuldades educativas. Vários autores têm contribuído significativamente para a discussão e desenvolvimento desse tema, oferecendo diferentes perspectivas e abordagens que enriquecem a prática pedagógica.

Mantoan (2003) é um dos principais nomes quando se fala em educação especial no Brasil. A autora enfatiza a importância de um olhar crítico sobre as políticas públicas direcionadas à inclusão escolar, defendendo que a educação especial deve estar alinhada a uma perspectiva de inclusão, ou seja, proporcionar condições para que todos os alunos, independente de suas habilidades, tenham acesso ao currículo regular. Mantoan critica modelos segregacionistas, propondo que a educação seja um espaço de construção democrática e respeitosa, onde as diversidades sejam vistas como enriquecedoras.

Coll (2010) complementa essa visão ao discutir a importância de práticas pedagógicas que considerem as individualidades dos alunos. O autor defende que o ensino deve ser adaptado às necessidades específicas de cada estudante, utilizando estratégias diferenciadas que favoreçam a aprendizagem. Essa abordagem busca garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências, tenham acesso a um ensino de qualidade e que promova o desenvolvimento de suas potencialidades.

Capellini (2005, 2010 e 2013) oferece uma importante contribuição ao abordar as metodologias utilizadas na educação especial. Ela ressalta a necessidade de uma formação contínua dos professores, preparando-os para lidar com a diversidade na sala de aula. A autora argumenta que o professor deve ser um mediador do conhecimento, utilizando recursos e estratégias variadas para atender às diferentes maneiras de aprender dos alunos. Essa visão destaca a importância de um currículo flexível e acessível, que respeite as singularidades dos estudantes.

Benetti (2019) traz uma reflexão acerca das tecnologias assistivas e seu impacto no processo educativo. O autor defende que a tecnologia pode ser um aliado importante na promoção da inclusão, proporcionando recursos que ajudam a superar barreiras de aprendizagem. A utilização de ferramentas tecnológicas deve ser

integrada à prática pedagógica para potencializar o ensino e proporcionar novas oportunidades de aprendizagem para estudantes com deficiências.

Leite (2010) discute, ainda, o papel da família e da comunidade no processo educacional desses alunos. A autora argumenta que o envolvimento da família é crucial para o sucesso da educação especial, sendo fundamental para a construção de um ambiente educacional inclusivo. Esse vínculo fortalece a parceria entre escola e família, sendo essencial para que estratégias de ensino sejam efetivas e respeitem as características dos estudantes.

Por sua vez, Sellbom (2022) aborda a avaliação na educação especial. O autor critica métodos tradicionais de avaliação, sugerindo a adoção de práticas que considerem o progresso individual e o contexto do aluno. Sellbom propõe que a avaliação deve ser contínua e diagnóstica, permitindo identificar as necessidades específicas de aprendizagem e promover intervenções adequadas.

Na obra “Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?” (Mantoan, 2003), são abordados diversos aspectos da educação especial sob a perspectiva da inclusão. Destacam-se os seguintes pontos:

(I) Inclusão como direito: Mantoan afirma que a inclusão educacional é um direito de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência ou necessidades especiais. Ela defende que a escola deve ser para todos e que a sociedade deve garantir o acesso à educação de qualidade para todos.

(II) Inclusão como um processo contínuo: A autora enfatiza que a inclusão é um processo contínuo, não um evento isolado. Isso exige mudanças nas práticas pedagógicas e nas estruturas das escolas, promovendo uma cultura escolar que valorize e aceite a diversidade.

(III) Escola como espaço inclusivo: Mantoan defende que a escola inclusiva é aquela que se adapta às necessidades de todos os alunos, oferecendo um ambiente acolhedor e que permita a participação de todos nas atividades escolares. Isso inclui acessibilidade física e estratégias pedagógicas e de avaliação que considerem as individualidades de cada aluno.

(IV) Importância do trabalho em equipe: A autora ressalta a importância de uma equipe multiprofissional atuando em conjunto para garantir uma educação inclusiva de qualidade. Essa equipe deve incluir professores, especialistas, familiares e outros profissionais que possam contribuir para o desenvolvimento dos alunos.

(V) Adaptação curricular: Mantoan destaca a necessidade de adaptar o currículo para atender às necessidades e potencialidades de cada aluno, garantindo sua participação e aprendizagem. A adaptação curricular deve considerar tanto as habilidades acadêmicas quanto as sociais e emocionais dos alunos.

Esses pontos evidenciam a complexidade e a importância de promover a inclusão escolar de maneira eficaz e abrangente.

Esses são alguns aspectos abordados por Mantoan (2003) na perspectiva da educação especial e inclusão escolar. A autora tem grande contribuição para o debate sobre a educação inclusiva no Brasil, buscando promover uma educação de qualidade para todos, independentemente de suas características ou condições.

Enfatiza a importância de uma abordagem multidisciplinar e colaborativa na educação especial, envolvendo o trabalho conjunto de professores, especialistas, família e comunidade. Destaca-se também a necessidade de adaptação curricular, com a modificação de conteúdo, metodologias e avaliação, de acordo com as necessidades individuais de cada aluno. A educação especial não se resume apenas à oferta de suporte acadêmico, mas também inclui a promoção de habilidades sociais, emocionais e de autonomia, visando à formação integral do estudante com necessidades especiais. (Capellini, 2005).

A educação especial, de acordo com Capellini, é uma modalidade inclusiva que busca garantir o acesso igualitário à educação e o pleno desenvolvimento de alunos com necessidades educacionais especiais.

Para o autor, o diagnóstico e planejamento são etapas essenciais no processo de educação especial, uma vez que é necessário identificar as necessidades individuais de cada aluno e planejar estratégias e recursos adequados para atender suas demandas educacionais. O desenvolvimento cognitivo é uma área de foco na educação especial, uma vez que muitos alunos com necessidades especiais apresentam dificuldades na aprendizagem, na comunicação e na interação social. Nesse sentido, é importante a utilização de metodologias e recursos pedagógicos que estimulem o desenvolvimento das habilidades cognitivas, como a atenção, memória, resolução de problemas e raciocínio lógico. (Capellini, 2010).

A inclusão escolar é um princípio fundamental na educação especial, que busca promover a participação e o acesso de todos os alunos, com e sem deficiência, em escolas regulares. A inclusão não se restringe apenas à presença física do aluno na

sala de aula, mas também envolve a adaptação do currículo, a formação de professores, a acessibilidade física e tecnológica, entre outros aspectos que garantam a plena participação e o sucesso acadêmico de todos os estudantes (Capellini, 2010).

A educação especial busca garantir o direito à educação de todos os indivíduos, independentemente de suas necessidades especiais, por meio de diagnósticos e planejamentos adequados, estímulo ao desenvolvimento cognitivo e promoção da inclusão escolar.

Capellini (2013) oferece uma rica contribuição para o campo da educação especial. A autora aborda a temática das deficiências múltiplas, que é caracterizada pela presença de duas ou mais deficiências em um mesmo indivíduo. Capellini discute a importância de entender cada deficiência individualmente, bem como a forma como essas deficiências pode interagir e afetar o desenvolvimento global do aluno. A autora enfatiza a importância de uma educação inclusiva, que envolva a colaboração entre diferentes profissionais, como professores, terapeutas e especialistas em saúde, a fim de fornecer um suporte adequado para os alunos com deficiências múltiplas.

Além disso, o livro apresenta estratégias de intervenção que visam atender às necessidades individuais dos alunos com deficiências múltiplas. A autora destaca a importância de uma abordagem multidisciplinar, que envolva diferentes áreas do conhecimento, como a pedagogia, a psicologia e a terapia ocupacional. Capellini também enfatiza a necessidade de adaptações curriculares e do uso de recursos tecnológicos para promover a inclusão desses alunos. Outra importante contribuição é a apresentação de estudos de caso que ilustram situações vivenciadas por alunos com deficiências múltiplas. Esses estudos oferecem exemplos práticos de como lidar com os desafios enfrentados por esses alunos, o que auxilia tanto professores quanto estudantes e profissionais da área (Capellini, 2013).

Vemos em Capellini, uma valiosa contribuição para o campo da educação especial, pois suas obras, vêm fornecendo informações teóricas, estratégias de intervenção e estudos de caso relacionados às deficiências múltiplas. A obra ajuda a evidenciar a importância de uma educação inclusiva, que valorize a individualidade de cada aluno e ofereça suporte adequado para o seu desenvolvimento integral.

Coll (2010) contribuiu com importantes reflexões sobre a educação especial, abordando questões teóricas e práticas relacionadas à inclusão escolar. Entre os principais contributos de Coll (2010) destacamos o conceito de inclusão: Coll (2010)

propõe uma visão ampla de inclusão, indo além da mera integração de alunos com necessidades educativas especiais nas escolas regulares. Para o autor, a inclusão deve ir ao encontro das necessidades educativas de todos os alunos, promovendo uma educação de qualidade para todos, independente de suas características individuais.

A importância do contexto para a inclusão em Coll (2010) foi ressaltada para enfatizar que a inclusão só pode acontecer em um ambiente favorável, onde todas as condições e recursos necessários para a aprendizagem dos alunos estejam disponíveis. Nesse sentido, é fundamental realizar uma análise crítica das práticas educativas, das estruturas escolares e das políticas educacionais, levando em consideração o impacto que esses aspectos podem ter na inclusão.

Uma abordagem valorizando a diversidade como um aspecto fundamental da inclusão também foi discutida por Coll (2010). Reconhecer e valorizar as diferenças entre os alunos é essencial para que estratégias pedagógicas sejam desenvolvidas para atender às necessidades individuais de cada um. A diversidade é vista como uma oportunidade de enriquecimento para o processo educativo, proporcionando aprendizagens significativas para todos os envolvidos.

As contribuições de Benetti (2019) sobre educação especial concentram-se na importância de oferecer um ensino inclusivo e de qualidade aos alunos com necessidades especiais. Para o autor, todos os estudantes têm o direito de receber uma educação que atenda às suas necessidades individuais, independentemente de suas limitações ou deficiências. Para tanto, é necessário adaptar os materiais e oferecer uma formação adequada aos professores, além de promover um ambiente acolhedor e inclusivo. Nessa linha Coll (2010) ainda defende que práticas inclusivas podem ser desenvolvidas através de estratégias e práticas pedagógicas que visem incluir alunos com necessidades educativas especiais. Isso inclui a adaptação do currículo, a utilização de estratégias de ensino diferenciadas, o uso de recursos tecnológicos, o trabalho colaborativo entre professores e a promoção de uma cultura inclusiva na escola. A formação dos professores também é destacada por Coll (2010) como essencial para garantir uma prática inclusiva na escola.

Benetti (2019) destaca a importância de desenvolver estratégias de ensino diferenciadas para atender às necessidades específicas de cada aluno, levando em conta suas habilidades, interesses e desafios. O autor enfatiza também que a

educação especial não deve se basear apenas nas deficiências dos alunos, mas também em suas habilidades e talentos. É importante identificar e desenvolver o potencial de cada estudante especial, proporcionando-lhes oportunidades para se destacarem em diferentes áreas. Para Leite (2010), a contribuição para a educação especial ocorre de várias formas. Ele propõe a aplicação do conceito de campo geográfico na educação espacial, entendendo o espaço geográfico como um campo onde se estabelecem diferentes relações entre elementos naturais e humanos. Essa abordagem amplia a forma como os estudantes compreendem e vivenciam o espaço.

A parceria entre a escola, a família e a comunidade também são ressaltadas por Benetti (2019) como fundamental no processo educativo dos alunos especiais. Uma comunicação aberta e constante entre essas partes é necessária para um trabalho colaborativo em prol da inclusão e do desenvolvimento pleno dos estudantes.

O autor ainda, destaca a importância de reconhecer e valorizar os lugares onde vivemos como parte de nossa identidade. Ele propõe atividades práticas, como a realização de biografias geográficas, para que os alunos possam investigar e refletir sobre suas próprias histórias no contexto espacial. Também pontua que é a interação entre diferentes escalas do espaço. Ele argumenta que é fundamental compreender e trabalhar com as diferentes escalas, desde o local até o global, para desenvolver a consciência espacial crítica nos estudantes. Por meio de atividades de observação e análise de diferentes contextos, é possível promover essa consciência espacial crítica. (Leite, 2010).

Leite (2010) ao falar sobre o conhecimento geográfico, enfatiza importância de trabalhar os conhecimentos geográficos no contexto da educação espacial. Ele sugere que os alunos adquiram conhecimentos sobre a localização, a organização e a morfologia dos lugares, bem como sobre os processos sociais e naturais que os constituem. Nessa linha, fala também sobre o uso de tecnologias espaciais, como o Sistema de Posicionamento Global (GPS) e o Geoprocessamento, como recursos educacionais importantes. Ele mostra como essas ferramentas podem ser utilizadas para promover a aprendizagem sobre o espaço, permitindo aos estudantes coletar dados, analisar informações geográficas e representar o espaço de maneira mais precisa. (Leite, 2010). Corroborando, Sellbom (2022) esclarece que a Educação Especial é uma área fundamental no campo da psicologia educacional, que se concentra especificamente nas necessidades únicas de alunos com deficiências e

dificuldades de aprendizagem. A educação especial visa promover a inclusão, a igualdade de oportunidades, o acesso à educação e o sucesso acadêmico para todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou desafios.

Sellbom (2022) destaca ainda, a importância de uma abordagem colaborativa e centrada no aluno na educação especial. Isso significa envolver pais, professores, profissionais da área da saúde e outros membros da comunidade escolar no desenvolvimento de programas e estratégias educacionais individualizadas para atender às necessidades específicas de cada aluno. A colaboração entre todas as partes interessadas é fundamental para maximizar o potencial de aprendizagem dos alunos e garantir seu envolvimento ativo no processo educacional.

Além disso, o autor enfatiza a importância de uma abordagem baseada em evidências na educação especial. Isso implica utilizar métodos e estratégias educacionais que tenham sido comprovados por pesquisas científicas como eficazes para melhorar o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos com deficiências ou dificuldades de aprendizagem. A educação especial deve ser informada pelas melhores práticas e pesquisas atualizadas para garantir resultados positivos para os alunos.

Sellbom (2022) também aborda a importância de adaptar o currículo e as intervenções educacionais de acordo com as necessidades individuais de cada aluno na educação especial. Isso envolve modificar o conteúdo, a metodologia e os materiais de ensino para atender às necessidades de aprendizagem dos alunos, bem como fornecer suportes adicionais, como recursos visuais ou estratégias de comunicação alternativa, quando necessário. A individualização do ensino é essencial para garantir que cada aluno tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial acadêmico e social.

A educação especial é uma área crucial na psicologia educacional, que se concentra em atender às necessidades únicas de alunos com deficiências e dificuldades de aprendizagem. A colaboração entre todas as partes interessadas, a utilização de evidências e a individualização do ensino são aspectos-chave destacados por Sellbom (2022) para promover o sucesso escolar e o bem-estar desses alunos.

Como contrapontos a Lei nº 9.394/1996) busca garantir o direito à educação inclusiva das pessoas com deficiência, assegurando igualdade de oportunidades, o

acesso e a permanência na escola regular. No entanto, alguns pontos são objeto de controvérsia e contrapontos, como:

1. Inclusão versus segregação: A legislação brasileira preconiza a inclusão escolar, ou seja, a matrícula dos estudantes com deficiência na rede regular de ensino. No entanto, existem argumentos de que a inclusão pode gerar desafios e demandar adaptações que nem sempre são plenamente atendidas pelas escolas.

2. Recursos e suportes necessários: A legislação determina que a educação especial deve ser realizada preferencialmente na rede regular de ensino e, quando necessário, com recursos e suportes adequados. No entanto, há debates sobre a capacidade financeira e logística para disponibilizar esses recursos e suportes de forma efetiva em todas as escolas.

3. Formação de professores: A lei estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar a formação continuada de professores para a educação especial. No entanto, questiona-se se a formação dos professores é adequada para lidar com as necessidades específicas dos alunos com deficiência.

1.2 Breve histórico da Educação Infantil

A educação infantil é prevista na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Ambos os documentos reconhecem a importância da educação nos primeiros anos de vida das crianças e estabelecem diretrizes para o seu desenvolvimento.

Na Constituição Federal de 1988, a educação infantil é considerada a primeira etapa da educação básica, sendo um direito da criança. O artigo 208 da Constituição estabelece que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação infantil gratuita às crianças de zero a cinco anos de idade, em creches e pré-escolas. Além disso, o artigo 227 estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à educação, entre outros direitos (Brasil, 1988).

A LDB, por sua vez, regulamenta a educação no país e estabelece as diretrizes e bases para a organização do sistema educacional. Ela determina que a educação infantil faz parte da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, em creches e pré-escolas. Segundo a LDB, a educação infantil deve ser oferecida de forma gratuita em estabelecimentos públicos ou conveniados com o poder público (Brasil, 1996).

A Constituição Federal e a LDB também estabelecem que a educação infantil deve ser pautada por princípios específicos, como respeito à dignidade, aos direitos e à autonomia das crianças, além do estímulo à criatividade e ao desenvolvimento integral. Tais princípios devem ser garantidos pela escola, pela família e pelo Estado, visando a garantia do direito à educação na primeira infância.

A educação infantil é uma etapa da educação básica que se destina às crianças com idades de zero a cinco anos. É uma fase crucial na formação das crianças, pois é nesse período que elas desenvolvem a sua capacidade cognitiva, social, emocional e física. Para tratar do breve histórico da educação infantil, nos apoiamos em teóricos como: Kramer (2006), Bruno (2006), Ariès (1978), Zabalza (1998) entre outros. Essas abordagens fornecem uma compreensão mais abrangente sobre o desenvolvimento e as transformações que ocorreram nessa área ao longo do tempo.

O histórico da educação infantil no Brasil, retoma-se ao final do século XIX.

Até então, a educação das crianças mais jovens era feita no contexto familiar ou em instituições religiosas. Em 1874, foi instituído o Decreto de estabelecimentos de instrução primária, que determinava a criação de creches e jardins de infância para atender às crianças de zero a seis anos. No entanto, essas instituições eram voltadas principalmente para crianças de famílias mais pobres e trabalhadoras, visando proporcionar um local seguro para que os pais pudessem trabalhar.

Segundo Philippe Ariès (1978), em sua obra “História Social da Criança e da Família”, a educação infantil é um fenômeno relativamente recente na história das sociedades ocidentais. Até o século XIII, a infância não era considerada uma fase específica da vida, sendo a criança vista apenas como um adulto em miniatura, que logo deveria ser integrada nas atividades do mundo adulto.

A partir do século XIII, Ariès (1978) aponta para uma mudança de perspectiva em relação à infância, com a sociedade começando a percebê-la como uma fase de desenvolvimento distinta, que demandava atenção e cuidados específicos. Esse novo

olhar sobre a infância teria sido impulsionado, segundo o autor, por fatores como características demográficas, mudanças no modelo familiar e avanços culturais e religiosos. A educação infantil, nessa perspectiva teórica, passa a ser entendida como um processo de socialização da criança, visando sua preparação para o mundo adulto.

O autor destaca que, inicialmente, esse processo era realizado principalmente pela família e pela comunidade, através da transmissão de valores, conhecimentos e habilidades práticas. No entanto, a partir do século XVIII, com o advento da sociedade moderna e o estabelecimento da escolarização obrigatória, a educação infantil passa a ser cada vez mais atribuição do Estado e de instituições específicas, como as escolas. Ariès (1978) aponta para a influência da pedagogia iluminista nesse processo, que concebia a educação como um instrumento de moldagem do indivíduo, visando a formação de cidadãos úteis para a sociedade.

Assim, a perspectiva teórica de Ariès destaca a transformação da concepção de infância ao longo do tempo e o papel central da educação infantil nesse processo. A criança, que antes era vista como um adulto em miniatura, passa a ser considerada como um ser em desenvolvimento, que necessita de cuidados e de uma educação específica para seu pleno desenvolvimento e integração na sociedade.

Montessori (1927) no início do século XX, desempenhou papel importante com relação à Educação Infantil, ela acreditava que as crianças são naturalmente curiosas e têm uma capacidade inata de aprender e se desenvolver. Enfatizava o papel do ambiente no processo educacional. Na perspectiva de Montessori, a educação infantil deve ser centrada na criança. Isso significa que o currículo e as atividades devem ser adaptados às necessidades individuais de cada criança, levando em consideração seu ritmo de desenvolvimento e interesses. O professor tem um papel de observador e guia, oferecendo suporte e orientação conforme necessário.

Montessori também enfatizava a importância do ambiente preparado. A sala de aula deve ser organizada de forma a permitir que as crianças explorem e descubram por meio de atividades práticas. Materiais sensoriais e educativos são disponibilizados em prateleiras acessíveis para que as crianças possam escolher e manipular de forma independente. O ambiente é projetado para promover concentração, ordem e autonomia. Outro aspecto crucial da abordagem Montessori é o conceito de período sensível.

A autora acreditava que as crianças passam por fases de desenvolvimento em que estão particularmente receptivas a certos tipos de aprendizado. Por exemplo, um período sensível para a linguagem ocorre entre 2 e 6 anos de idade, quando as crianças têm uma facilidade especial para aprender novas palavras e desenvolver habilidades de comunicação. Montessori (1927) defendia a ideia de que as crianças aprenderiam melhor por meio de experiências práticas e concretas. Em vez de apenas ouvir informações e memorizá-las, as crianças devem experimentar e explorar os conceitos em primeira mão. Isso envolve atividades práticas, como preparar alimentos, trabalhar com materiais manipulativos e realizar experiências científicas. .

Ou seja, Montessori enfatiza uma abordagem centrada na criança, com foco na autonomia, liberdade de escolha e descoberta independente, na educação infantil. Ela valoriza a importância do ambiente preparado e das atividades práticas, promovendo o desenvolvimento global da criança.

Ao longo do século XX, a educação infantil passou por diversas transformações. Com o aumento da urbanização e o ingresso massivo das mulheres no mercado de trabalho, houve uma maior demanda por creches e pré-escolas. A Constituição de 1988 reconheceu a educação infantil como um direito social e, posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 estabeleceu a obrigatoriedade da educação básica do zero aos 17 anos.

Ainda que a educação infantil seja considerada um direito, a oferta de vagas e a qualidade do ensino são desafios enfrentados no Brasil. Muitas crianças ainda não têm acesso à educação infantil, principalmente aquelas de famílias mais vulneráveis. Além disso, a formação dos professores e a estrutura das instituições também são questões que impactam a qualidade do ensino. Apesar dos desafios, a educação infantil tem ganhado cada vez mais atenção e investimento por parte do Estado, além de movimentos da sociedade civil que lutam por uma educação de qualidade para todas as crianças.

De acordo com Zabalza (1998), a educação infantil é um nível educacional onde ocorre a socialização das crianças pequenas e o desenvolvimento de suas capacidades físicas, cognitivas, emocionais e sociais. Na perspectiva de Zabalza, a educação infantil deve ser centrada nas necessidades e interesses das crianças, oferecendo um ambiente rico em estímulos e oportunidades de aprendizado. O educador é responsável por criar um ambiente acolhedor e seguro, onde as crianças

possam explorar, experimentar e interagir com o mundo ao seu redor. Nessa abordagem, a educação infantil não se resume a transmitir conhecimentos, mas sim a estimular a curiosidade e o desejo de aprender das crianças. O educador exerce um papel de mediador, ajudando as crianças a construir o seu conhecimento através da interação, da observação, da experimentação e da reflexão.

Para Zabalza (1998), a educação infantil é um processo contínuo de desenvolvimento e aprendizado, onde as crianças são protagonistas do seu próprio crescimento. Ela deve promover o desenvolvimento integral das crianças, entendendo que elas são seres plurais, com múltiplas inteligências, habilidades e interesses. Assim, o ambiente educativo deve ser diversificado e flexível, adaptando-se às necessidades individuais de cada criança. Nessa perspectiva, Zabalza valoriza a importância do brincar como uma forma de aprendizado significativo para as crianças. Através do brincar, as crianças podem desenvolver suas habilidades motoras, cognitivas, emocionais e sociais, experimentando diferentes papéis, explorando o mundo ao seu redor e construindo o seu conhecimento.

Nessa perspectiva, a educação infantil deve ser pautada por três princípios fundamentais: 1. A aprendizagem baseada na ação e na experiência: As crianças aprendem através de suas ações e da interação com o ambiente e com os outros. Portanto, é necessário proporcionar-lhes atividades que permitam a exploração, experimentação e descoberta, estimulando o seu interesse e curiosidade. 2. O respeito pela individualidade e diversidade: Cada criança é única e possui características e ritmos de aprendizagem próprios. Portanto, é preciso respeitar e valorizar as diferenças, adaptando as atividades e estratégias pedagógicas às necessidades e interesses de cada criança. 3. A participação ativa das crianças: A educação infantil deve ser um processo ativo e participativo, no qual as crianças tenham voz e sejam capazes de expressar suas ideias e sentimentos. É importante promover a autonomia e a responsabilidade, permitindo que as crianças tomem decisões e se envolvam na construção do seu próprio conhecimento (Zabalza, 1998).

A partir de Zabalza (1998), compreendemos que a educação infantil deve ser uma experiência enriquecedora e prazerosa para as crianças, onde elas possam ser protagonistas do seu próprio aprendizado e desenvolvimento. O educador tem um papel fundamental nesse processo, proporcionando um ambiente acolhedor, estimulante e desafiador, que favoreça o crescimento e bem-estar das crianças. A

educação infantil deve ser entendida como uma etapa crucial para o desenvolvimento integral das crianças, tanto do ponto de vista cognitivo, como social e emocional. O autor destaca que a educação infantil não se limita a preparar as crianças para a escola primária, mas sim a proporcionar-lhes experiências ricas e significativas que contribuam para a construção de seu conhecimento e desenvolvimento pessoal.

Compreende-se em Zabalza (1998), que a educação infantil deve ser conduzida por professores que possuam sensibilidade, criatividade e capacidade de adaptação às necessidades individuais das crianças. Além disso, é fundamental promover uma parceria entre a família e a escola, de forma a acompanhar e compreender o desenvolvimento das crianças de maneira mais completa.

Segundo Kramer (2006), a educação infantil deve ser compreendida como uma etapa importante e específica da educação básica, destinada a crianças de 0 a 5 anos de idade. Ela é considerada um direito da criança e uma responsabilidade do Estado. De acordo com a autora, a perspectiva da educação infantil deve estar pautada em uma concepção de infância como uma fase de desenvolvimento singular, em que as crianças têm o direito de brincar, explorar, experimentar e se expressar. Nesse sentido, a educação infantil deve proporcionar vivências que promovam o desenvolvimento integral das crianças, considerando suas dimensões físicas, afetivas, cognitivas, sociais e culturais.

Kramer (2006) destaca a importância dos espaços educativos na educação infantil, que devem ser adequados e acolhedores, pensados para possibilitar o livre movimento, a interação entre as crianças, o acesso a materiais e brinquedos diversos, entre outros aspectos. Além disso, a autora ressalta a importância do papel do educador na educação infantil, que deve ser um mediador entre as crianças e o conhecimento, um pesquisador atento às necessidades e interesses das crianças, e um facilitador do desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades.

A autora também aborda a importância da participação das famílias na educação infantil, ressaltando a importância de parcerias entre a escola e a comunidade, a valorização da cultura infantil e a construção de vínculos afetivos e de confiança entre todos os envolvidos no processo educativo. (Kramer, 2006).

Em suma, a perspectiva de Kramer (2006) para a educação infantil é de que ela seja voltada para o desenvolvimento integral das crianças, garantindo seu direito ao

brincar, explorar e se expressar, valorizando suas singularidades e promovendo parcerias entre a escola, a família e a comunidade.

Segundo Bruno (2006), a educação infantil é uma etapa fundamental no desenvolvimento das crianças, pois é nela que ocorre a formação dos primeiros vínculos sociais e a aquisição de valores e conhecimentos básicos. O autor ressalta que, além do aspecto cognitivo, a educação infantil também deve valorizar o desenvolvimento emocional, afetivo e social das crianças. Para ele, é importante que a educação nessa fase seja pautada em uma perspectiva colaborativa, onde educadores e crianças construam juntos o processo educativo.

O autor defende uma educação infantil que seja lúdica e prazerosa, onde as crianças possam explorar o mundo por meio de brincadeiras e atividades que despertem a curiosidade. Ele acredita que é através do brincar que as crianças desenvolvem habilidades como a imaginação, a criatividade e a capacidade de resolver problemas. Além disso, o autor destaca a importância da interação com os outros e o convívio em grupo na educação infantil. Ele enfatiza que é essencial que as crianças aprendam a conviver com a diferença, respeitar o outro e colaborar em atividades coletivas (Bruno, 2006).

Por fim, ressalta que a educação infantil deve ser inclusiva, acolhendo e valorizando todas as crianças, independentemente de suas características e habilidades. Ele defende uma perspectiva que considere as necessidades individuais de cada criança, buscando garantir o seu pleno desenvolvimento.

Dessa forma, a perspectiva de Bruno (2006) sobre a educação infantil enfatiza a importância do desenvolvimento integral das crianças, valorizando tanto o aspecto cognitivo como o emocional e social, através de uma abordagem lúdica, colaborativa e inclusiva.

1.2.1 Trajetória da Educação Infantil no Centro-Oeste do Brasil e em Goiás

A história da educação infantil no Centro-Oeste do Brasil remonta às primeiras décadas do século XX, quando a região passava a ser povoada, principalmente em decorrência da expansão da atividade agrícola. Nesse período, a educação era incipiente na região e limitava-se a instituições de ensino de níveis mais avançados, como as escolas primárias e secundárias. A educação das crianças pequenas era

geralmente realizada no âmbito familiar, com a transmissão de conhecimentos básicos pelos pais e cuidadores.

A partir da década de 1950, houve um acelerado crescimento urbano na região, impulsionado pelo processo de industrialização. Esse crescimento trouxe a necessidade de oferecer uma educação formal para as crianças, especialmente para aquelas pertencentes à classe trabalhadora que migrou para as cidades em busca de emprego.

Com isso, surgiram as primeiras creches e pré-escolas na região, a fim de proporcionar um espaço adequado para o cuidado e a educação das crianças de forma mais sistemática e estruturada. Essas instituições tinham como objetivo principal assegurar condições básicas de cuidado e alimentação, além de promover o desenvolvimento físico, emocional e cognitivo das crianças.

Ao longo das décadas seguintes, a educação infantil foi gradualmente ampliada e aperfeiçoada, com a criação de políticas públicas voltadas para a primeira infância e a valorização dos profissionais que atuam nesse segmento. A região Centro-Oeste conta atualmente com uma rede de instituições de educação infantil, tanto públicas como privadas, que atendem crianças de 0 a 5 anos de idade.

Além disso, houve uma maior conscientização sobre a importância da educação na primeira infância para o desenvolvimento pleno das crianças, o que levou ao reconhecimento da educação infantil como uma etapa fundamental do processo educacional. Hoje, a região Centro-Oeste do Brasil segue avançando na busca de oferecer uma educação de qualidade para as crianças em idade pré-escolar, buscando sempre aperfeiçoar práticas e políticas que promovam o desenvolvimento integral dos pequenos. (Silva, 2021)

Entre os autores que falam da educação infantil no centro-oeste, pontuamos:

Helena Ayoub Silva: Pesquisadora que tem se dedicado ao estudo da educação infantil na região Centro-Oeste. Seu livro "História da Educação Infantil em Mato Grosso do Sul" apresenta um panorama da história dessa modalidade de ensino no estado.

Silva (2021), é uma renomada pesquisadora e professora em educação infantil, com grande contribuição para a área no centro-oeste do Brasil. Ela tem defendido a importância de uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida,

ressaltando o papel fundamental da educação infantil no desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças.

Além disso, Silva (2021) tem trabalhado para fortalecer a formação de educadores e a promoção de práticas pedagógicas inovadoras na educação infantil. Ela acredita que é necessário investir na capacitação dos profissionais que atuam nessa etapa, para que possam oferecer um ensino de excelência, respeitando as diferentes fases de desenvolvimento das crianças.

Com seus estudos Silva (2021) tem defendido a necessidade de um maior investimento nessa área, destacando que o acesso à educação de qualidade desde a primeira infância é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

Isabel Bonal: Historiadora argentina que escreveu o livro "História da Educação Infantil no Brasil", que apresenta uma visão geral sobre a trajetória da educação infantil no país, incluindo as peculiaridades da região Centro-Oeste.

Bonal (2010), em seu artigo "Educação infantil no centro-oeste: avanços e desafios", publicado em 2010, discute a situação da educação infantil nessa região do Brasil, destacando tanto os avanços conquistados como os desafios enfrentados. Um dos principais contributos de Bonal é o destaque para os avanços na oferta de vagas na educação infantil no centro-oeste. Ela ressalta que houve um aumento significativo no número de crianças matriculadas nessa etapa de ensino na região, principalmente nos últimos anos. Isso demonstra um esforço para ampliar o acesso à educação infantil, garantindo o direito à educação desde a primeira infância.

Outro ponto destacado pela autora é a melhoria das condições de infraestrutura das instituições de educação infantil na região. Ela menciona a construção de novas escolas, a reforma e ampliação das já existentes, bem como a aquisição de materiais adequados para o desenvolvimento das crianças. Essas melhorias na infraestrutura contribuem para a qualidade do atendimento e para o desenvolvimento integral das crianças (Bonal, 2010).

No entanto, Bonal também aponta desafios a serem enfrentados na educação infantil do centro-oeste. Um dos principais desafios citados é a qualificação e formação dos professores. Ela destaca que muitos educadores ainda não possuem formação específica na área da educação infantil, o que compromete a qualidade do ensino oferecido. A autora ressalta a importância de investir na formação continuada dos

professores, garantindo sua qualificação para atender às especificidades desse nível de ensino. Além disso, Bonal (2020) também menciona o desafio de garantir a qualidade dos espaços de aprendizagem. Ela destaca a importância de ter ambientes adequados e estimulantes para o desenvolvimento das crianças, que devem ser inclusivos, acolhedores e respeitar suas características individuais. (Bonal, 2010).

Silva (2021) aborda a relação com a educação inclusiva através do reconhecimento da importância da inclusão de todos os alunos, independentemente de suas diferenças, na sala de aula regular. Ela destaca a importância de promover a igualdade de oportunidades e de garantir o acesso ao currículo para todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais. A autora ressalta que a inclusão deve ir além da simples matrícula do aluno em uma escola regular, defendendo a adaptação do ambiente, dos materiais e das práticas pedagógicas para atender às necessidades de todos os estudantes.

Bonal (2010) discute a relação com a educação inclusiva a partir de uma perspectiva crítica. Ela argumenta que a educação inclusiva não é apenas sobre a inclusão de alunos com deficiências nas escolas regulares, mas também sobre a transformação das escolas para se tornarem mais inclusivas. A autora destaca a importância de repensar as práticas pedagógicas, as estruturas e os valores das escolas, buscando eliminar as barreiras que impedem a participação plena e igualitária de todos os alunos. Para Bonal, a inclusão envolve um processo de mudança que requer o envolvimento de toda a comunidade escolar e a promoção de uma cultura inclusiva.

Lucinda Soares Alves: Historiadora que escreveu o livro "História da Educação Infantil em Goiás", que se debruça sobre a trajetória da educação infantil no estado de Goiás.

Alves (2020) aborda a concepção de educação infantil a partir de uma perspectiva teórica que valoriza a importância do desenvolvimento e aprendizagem na primeira infância. Segundo a autora, é nessa fase que ocorre um período de grande plasticidade cerebral, no qual a criança é altamente receptiva a estímulos e experiências que influenciarão seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Uma das perspectivas teóricas destacadas por Alves é a teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget. De acordo com essa teoria, a criança passa por diferentes estágios de desenvolvimento, nos quais constrói ativamente seu conhecimento

através da interação com o meio. Na educação infantil, é importante criar um ambiente de aprendizagem propício para essa construção do conhecimento, em que a criança possa explorar, experimentar e fazer descobertas.

Com relação a inclusão, Alves (2020) aborda a relação através da análise das políticas e práticas inclusivas. A autora discute a importância de se pensar a inclusão a partir de uma perspectiva crítica, questionando as desigualdades sociais e educacionais que ainda são encontradas nas escolas. Alves destaca a necessidade de considerar as condições sociais, culturais e econômicas dos alunos, além de suas necessidades educacionais, para promover uma educação inclusiva efetiva. A autora argumenta que a inclusão não deve se limitar à presença do aluno na escola regular, mas deve garantir a participação plena e o desenvolvimento de todos os estudantes

Outra perspectiva teórica mencionada é a teoria socioconstrutivista de Lev Vygotsky. Nessa abordagem, destaca-se a importância da interação social para o desenvolvimento cognitivo da criança. Através da interação com adultos e pares mais habilidosos, a criança internaliza conhecimentos e habilidades, assim como desenvolve sua capacidade de pensar de forma mais complexa. Na educação infantil, é necessário promover situações de aprendizagem colaborativa e incentivar a interação entre as crianças. Além dessas perspectivas teóricas, Lucinda Soares Alves também ressalta a importância da abordagem socioafetiva na educação infantil. Segundo a autora, é fundamental criar um ambiente emocionalmente seguro e acolhedor, no qual as crianças sintam-se amadas, valorizadas e respeitadas. Isso contribui para o desenvolvimento emocional e social saudável das crianças, além de favorecer sua aprendizagem (Alves, 2020).

No geral, Alves (2020) destaca a importância de uma educação infantil que considere o desenvolvimento integral da criança, levando em conta suas dimensões cognitivas, emocionais e sociais. A autora ressalta a importância de embasar a prática educativa em perspectivas teóricas sólidas, que permitam compreender o desenvolvimento infantil e propor estratégias pedagógicas adequadas para cada fase.

Logo, estudos como o de Alves (2020), aportes legais Constituição Federal (1988), LDB (1996) e outras políticas vigentes, direcionam a educação infantil no estado de Goiás, com os seguintes aspectos e trajetória: No início, a educação infantil era oferecida apenas por instituições privadas, sendo limitada a um pequeno número de crianças de famílias mais abastadas. O ensino era focado principalmente nos

aspectos disciplinares e moralizantes. No entanto, a partir da década de 1970, houve uma maior atenção e investimento na educação infantil por parte do governo estadual.

O Estado passou a criar e expandir as creches e pré-escolas, oferecendo um maior acesso às crianças de famílias de baixa renda. Na década de 1990, com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação infantil passou a ser considerada a primeira etapa da educação básica, sendo obrigatória para crianças de 4 a 5 anos. Foi também nesse período que foram criados os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e houve uma maior qualificação dos professores e funcionários da área. Nos últimos anos, houve um esforço do poder público em aumentar a oferta de vagas na educação infantil em Goiás. Segundo dados do Censo Escolar de 2019, o estado atendeu cerca de 70% das crianças de 0 a 3 anos em creches e pré-escolas. No entanto, ainda existem desafios a serem enfrentados, como a ampliação e qualificação da infraestrutura das instituições, a formação continuada dos profissionais da área e a garantia de um atendimento de qualidade para todas as crianças goianas.

Em suma, a trajetória da educação infantil em Goiás teve avanços significativos ao longo do tempo, mas ainda há muito a ser feito para garantir o direito à educação de qualidade para todas as crianças do estado.

1.3 Educação especial em Goiás

A Educação Especial em Goiás é regulada pela Secretaria Estadual de Educação de Goiás (SEDUC-GO), que tem como objetivo garantir a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Dentre as ações desenvolvidas pela SEDUC-GO na área da Educação Especial, destacam-se a elaboração de políticas e diretrizes voltadas para a inclusão educacional, a formação de professores e demais profissionais da educação, a disponibilização de recursos e materiais adaptados, além da oferta de atendimento educacional especializado nas escolas da rede estadual. O atendimento educacional especializado é realizado por meio do AEE (Atendimento Educacional Especializado), que consiste em um conjunto de atividades e recursos pedagógicos, organizados institucionalmente, voltados para a complementação ou suplementação da formação

dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Além disso, a SEDUC-GO disponibiliza o Documento de Referência para o AEE, que orienta os profissionais da educação na execução desse tipo de atendimento, considerando as características e necessidades dos alunos. Para atender às demandas da Educação Especial, a SEDUC-GO conta também com o Centro Estadual de Atenção ao Deficiente (CEPAD), que oferece apoio no atendimento a alunos com deficiência visual, auditiva, intelectual e múltipla. O CEPAD atua por meio de serviços especializados, como o ensino de Braille, a Libras (Língua Brasileira de Sinais) e a orientação para aquisição de recursos e materiais adaptados.

Alguns autores que se destacam na área da educação especial em Goiás são: Liberato (2007; 2020) e Borges (2015, 2018 e 2020). Esses autores têm contribuído significativamente para a construção de conhecimento e práticas inclusivas na educação especial em Goiás. No entanto, é importante ressaltar que essa lista não é exaustiva e outros pesquisadores e profissionais também têm contribuído para a área.

Liberato (2010), discute as políticas públicas necessárias para garantir a inclusão, destacando a importância do compartilhamento de responsabilidades entre governo, escolas, famílias e comunidade. Ele também defende a necessidade de formação continuada para os profissionais da educação, visando à superação de preconceitos e à criação de práticas pedagógicas inclusivas. (Liberato, 2010). Em seu artigo “A educação inclusiva como desafio para as políticas públicas”, Liberato aborda as mudanças necessárias para garantir uma educação de qualidade para todos. Ele resalta a importância das adaptações curriculares, da oferta de apoios e recursos específicos, e da promoção de uma cultura inclusiva que valorize a diversidade. (Liberato, 2007).

Outra contribuição significativa de José Tadeu Liberato é a sua participação ativa no debate e formulação de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva. Ele tem assessorado governos e órgãos de educação na construção de políticas inclusivas, com base em evidências científicas e em uma visão humanística da educação. Com base em suas contribuições, pode-se afirmar que José Tadeu Liberato tem sido uma voz importante na defesa da inclusão escolar de qualidade e no desenvolvimento de políticas públicas que garantam a igualdade de oportunidades na educação. Sua experiência e conhecimento têm sido fundamentais para avanços

significativos nessa área, auxiliando na transformação do sistema educacional e na promoção de uma sociedade mais inclusiva. (Liberato, 2007).

Borges (2015) é conhecida por suas importantes contribuições para a área da educação inclusiva e formação de professores. Suas pesquisas e publicações têm abordado temas como a inclusão de alunos com deficiência na educação regular, a formação de professores para a inclusão e a importância do currículo adaptado e flexível.

Em seu livro “Educação Inclusiva: compreendendo a diversidade na sala de aula” (2015), Borges discute os desafios enfrentados pela escola na promoção da inclusão e propõe estratégias para a formação de professores capazes de lidar com a diversidade de alunos presentes em sala de aula. A autora destaca a importância de uma formação inicial sólida e contínua, que contemple não apenas aspectos teóricos, mas também experiências práticas.

Outra contribuição relevante de Borges para a área é o artigo “Práticas pedagógicas inclusivas: conceitos e desafios” (2018). Neste trabalho, a autora discute a importância de uma abordagem pedagógica inclusiva, que reconheça e valorize a diversidade de perfis dos alunos, promovendo a igualdade de oportunidades. Ela destaca a necessidade de uma formação de professores que estimule a reflexão sobre as práticas pedagógicas e a adoção de estratégias diferenciadas, respeitando as características individuais dos estudantes.

Além disso, Borges tem se dedicado ao estudo do currículo adaptado e flexível como um recurso fundamental para a promoção da educação inclusiva. Em seu artigo “Currículo adaptado: um caminho para a inclusão escolar” (2020), a autora discute as diferentes práticas de adaptação curricular e ressalta a importância de um currículo que esteja em consonância com as necessidades de todos os alunos, independentemente de suas características. Borges argumenta que a construção de um currículo inclusivo é um desafio que envolve tanto aspectos pedagógicos quanto políticos. (Borges, 2020).

As contribuições de Borges para a área da educação inclusiva e formação de professores são relevantes para o avanço de políticas e práticas educacionais inclusivas no Brasil. Suas pesquisas e publicações oferecem subsídios teóricos e práticos para a criação de ambientes escolares mais acolhedores e que garantam a igualdade de oportunidades para todos os estudantes.

Silva, Silva & Oliveira (2023) analisam a Educação de Jovens e Adultos em Goiás e Goiânia, utilizando dados do INEP, apresentam um balanço analítico das metas 8, 9 e 10 na inclusão de jovens e adultos. Concluem que a política descrita no PNE em relação à EJA tem como diretriz e metas elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos para 12 anos de estudo até o último ano de vigência do Plano e apontam a necessidade de mais investimento nas políticas públicas por parte do Estado e Município. Ao final destacam a importância do engajamento e conscientização social para superar os desafios e melhorar a condição dos cidadãos goianos que estão à margem da sociedade letrada.

Nessa linha, é importante frisar que a meta 4, visa universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados." (Brasil, 2014).

2 AVANÇOS E AS DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO PRÁTICA DA INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CENTRO-OESTE

Este capítulo tem como objetivo principal mapear o progresso e as dificuldades na implementação da inclusão escolar na educação infantil na região Centro-Oeste do Brasil, com ênfase no estado de Goiás. Para isso, são abordados diversos aspectos legais relacionados à educação especial no país, fornecendo um contexto para as políticas educacionais inclusivas em vigor no estado de Goiás.

São discutidos os aportes legais que respaldam a inclusão escolar, destacando as leis e diretrizes que asseguram os direitos dos alunos com necessidades especiais. Além disso, são apresentadas as políticas educativas inclusivas específicas adotadas pelo estado de Goiás, ressaltando quais são os instrumentos legais que as embasam.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a proposta curricular específica de Goiás (DC-GO) são abordadas como orientações importantes para a inclusão escolar na educação infantil. São destacados os princípios e diretrizes presentes nesses documentos que buscam garantir a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade na sala de aula.

Por fim, são apresentados diferentes pontos de vista em relação à inclusão escolar em Goiás e na região Centro-Oeste do país. São discutidos os argumentos favoráveis à inclusão, como a importância da socialização e da integração de alunos com deficiência na escola regular, mas também são apresentadas críticas e desafios enfrentados nesse processo, como a falta de recursos e a necessidade de formação adequada dos profissionais envolvidos.

2.1 Alguns aportes legais sobre Educação Especial no Brasil

No Brasil, existem vários aparatos legais sobre a Educação Especial que visam garantir o acesso, a inclusão e o atendimento adequado dos alunos com necessidades educacionais especiais. Alguns exemplos são:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96): estabelece que a educação especial é parte integrante da educação brasileira, regulamentando os direitos e deveres dos alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: lançada em 2008, tem como objetivo assegurar o acesso, a permanência e a participação plena e efetiva dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na educação básica.

Decreto nº 7.611/2011: regulamenta o Programa Nacional de Acessibilidade nas Escolas (PRONASE), que busca garantir a acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, pedagógica e instrumental nas instituições de ensino.

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015): assegura a igualdade de oportunidades e a participação plena e efetiva das pessoas com deficiência, incluindo na área da educação.

Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Portaria nº 1.679/2019): estabelece diretrizes para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de alunos com transtorno do espectro autista na educação básica. Esses aparatos legais são importantes para orientar e garantir a implementação de políticas e práticas inclusivas nas escolas brasileiras, visando promover a educação de qualidade para todos.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de 1996 aborda a educação especial como uma modalidade de ensino destinada a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. De acordo com a LDB, a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, visando a inclusão do aluno com deficiência em turmas comuns. Porém, quando não for possível a inserção nessas turmas, é garantido o atendimento em classes ou escolas especiais. A LDB também prevê a necessidade de adaptação dos currículos, metodologias e recursos pedagógicos para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos. Além disso, destaca a importância da formação de professores capacitados para o trabalho com a educação especial. (Brasil, 1996).

É importante ressaltar que a inclusão de alunos com deficiência na escola regular não significa apenas a sua presença física no ambiente escolar, mas sim o acesso a um ensino de qualidade, com os recursos e apoios necessários para o seu pleno desenvolvimento. A LDB de 1996 foi um marco importante para a educação

especial no Brasil, pois trouxe diretrizes claras para o atendimento a alunos com deficiência, estabelecendo a necessidade de inclusão e garantindo o direito à educação para todos. No entanto, é fundamental que essas diretrizes sejam efetivamente colocadas em prática e que sejam promovidas políticas públicas que garantam a acessibilidade e a inclusão plena dos alunos com deficiência na educação regular. (Brasil, 1996).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva foi implementada com o objetivo de assegurar a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino regular. A política busca promover a igualdade de oportunidades e a participação plena e efetiva de todos os estudantes, buscando superar as barreiras que ainda existem para a inclusão desses alunos na escola regular.

Dentre as diretrizes da política, destacam-se a valorização da diversidade humana, o respeito à diferença, a garantia do acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos, o fortalecimento da escola como espaço inclusivo e a formação de professores para atender às necessidades educacionais especiais. (Brasil, 2008).

Para garantir a efetiva implementação da política, são previstas ações como a identificação e avaliação das necessidades educacionais especiais dos alunos, a oferta de recursos e serviços de apoio educacional especializado, a adaptação dos materiais e metodologias para atender às especificidades dos estudantes e a promoção de parcerias entre escolas, famílias, comunidade e instituições especializadas. A política também reconhece o papel fundamental da família e a importância do seu envolvimento no processo educativo, assim como a necessidade de promover a acessibilidade nas escolas e nos materiais pedagógicos. (Brasil, 2008).

Além disso, a política prevê a criação de programas e ações específicas para o atendimento de alunos com deficiência visual, auditiva, física, intelectual, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Apesar dos avanços promovidos pela política, ainda existem desafios a serem superados, como a adequação das estruturas físicas das escolas, a formação qualificada de professores e a conscientização da sociedade em relação à inclusão educacional. Em resumo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é um importante instrumento para promover a inclusão de alunos com necessidades

educacionais especiais no ensino regular, reconhecendo a igualdade de direitos e oportunidades para todos (Brasil, 2008).

O Decreto nº 7.611/2011 é um instrumento legal que regulamenta o Programa Nacional de Acessibilidade nas Escolas (PRONASE) e estabelece diretrizes para garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas escolas brasileiras. O PRONASE tem como objetivo promover a inclusão de estudantes com deficiência ou necessidades especiais no ensino regular, garantindo que esses alunos tenham acesso a ambientes, recursos e serviços adequados às suas necessidades. (Brasil, 2011).

O decreto estabelece que as escolas devem adotar medidas para garantir a acessibilidade arquitetônica, como rampas, corrimões, elevadores e adequação dos banheiros, para possibilitar o livre deslocamento de pessoas com deficiência. Além disso, o decreto determina que as escolas devem disponibilizar recursos pedagógicos acessíveis, como materiais em braile, recursos de áudio e legendas em vídeos, bem como promover a formação de professores capacitados para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência. A educação espacial, mencionada no título, não é abordada especificamente no decreto em questão. No entanto, a educação espacial pode ser entendida como um conceito relacionado ao ambiente escolar, enfatizando a importância de garantir espaços adequados e acessíveis para a aprendizagem de todos os estudantes. (Brasil, 2011).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, trouxe importantes contribuições para a área da educação especial no Brasil. Uma das principais contribuições da lei para a educação especial é o direito à educação inclusiva. A legislação estabelece que as pessoas com deficiência têm direito à educação em igualdade de condições com as demais pessoas, em todos os níveis e modalidades de ensino. Isso significa que as escolas devem adotar medidas para garantir a inclusão dos alunos com deficiência, promovendo a adaptação de conteúdos, recursos e estratégias pedagógicas, além de oferecer suportes necessários para a participação plena e efetiva desses alunos. (Brasil, 2015).

Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência também prevê a oferta do atendimento educacional especializado (AEE), que consiste em um conjunto de atividades pedagógicas desenvolvidas de forma complementar ou

suplementar ao ensino regular. O AEE é destinado a alunos com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades/superdotação, entre outros. Essas atividades devem ser realizadas em salas de recursos multifuncionais, que são ambientes equipados com materiais e recursos didáticos específicos.

Outra contribuição importante da lei é a promoção da acessibilidade nas instituições de ensino. A legislação estabelece que as escolas devem garantir a acessibilidade arquitetônica, comunicacional, instrumental, pedagógica e programática, de forma a permitir a plena participação dos alunos com deficiência em todas as atividades escolares. Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência também prevê a formação continuada dos profissionais da educação para o atendimento das necessidades específicas dos alunos com deficiência. A legislação estabelece que os sistemas de ensino devem promover a capacitação dos professores e demais profissionais envolvidos na educação inclusiva, visando garantir uma educação de qualidade para todos os estudantes. (Brasil, 2015).

Compreende que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência trouxe importantes contribuições para a área da educação especial, garantindo o direito à educação inclusiva, a oferta do atendimento educacional especializado, a promoção da acessibilidade e a formação continuada dos profissionais da educação. Essa legislação representa um avanço no sentido de promover uma educação mais inclusiva e igualitária para as pessoas com deficiência no Brasil.

A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista foi estabelecida pela Portaria nº 1.679/2019 do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Brasil. Essa política tem como objetivo garantir a inclusão e a participação plena e efetiva da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sociedade, assegurando o respeito aos seus direitos e promovendo sua autonomia e dignidade. (Brasil, 2019).

A política abrange várias áreas, sendo a educação especial uma delas. No contexto da educação, a Portaria estabelece diretrizes para a inclusão escolar de pessoas com TEA, visando garantir seu acesso, permanência e participação em escolas regulares. Algumas das diretrizes para a educação especial no âmbito da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA são: Garantia de matrícula em escolas regulares, preferencialmente na rede regular de ensino, assegurando recursos e apoios necessários para a realização de um ensino inclusivo.

Atendimento educacional especializado, quando necessário, por profissionais especializados em educação especial e experiência no atendimento a pessoas com TEA. Adoção de metodologias e estratégias que considerem as características individuais da pessoa com TEA, garantindo sua participação e aprendizagem efetiva. Estímulo à formação de professores e demais profissionais da educação, visando capacitar e prepará-los para lidar com as demandas e necessidades específicas das pessoas com TEA. Promoção da acessibilidade física, comunicacional e pedagógica nas escolas, possibilitando a participação plena das pessoas com TEA em todas as atividades educacionais. Articulação entre o sistema educacional e os serviços de saúde, assistência social e outros setores, visando garantir uma abordagem integral e multidisciplinar para atender às necessidades das pessoas com TEA.

Além da educação especial, a Portaria também aborda outras áreas como saúde, trabalho, acessibilidade, esporte, cultura, lazer, entre outros, buscando garantir a inclusão e a proteção dos direitos das pessoas com TEA em todos os aspectos da vida. É importante ressaltar que a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA é uma referência para a implementação de ações e políticas pelos órgãos públicos e instituições envolvidas com o tema, buscando assegurar o pleno exercício dos direitos dessa população. (Brasil, 2019).

Acreditamos que discutir sobre as políticas inclusivas do Brasil, pode reverberar em reflexões que possam: Identificar lacunas nas leis existentes: A pesquisa pode analisar as leis nacionais sobre educação inclusiva e identificar áreas em que as leis são insuficientes ou não abordam completamente os desafios enfrentados na prática. Isso pode levar a uma reforma legislativa ou ao desenvolvimento de regulamentações mais abrangentes e efetivas; avaliar a implementação das leis.

A pesquisa pode investigar como as leis de educação inclusiva estão sendo implementadas na prática, enfocando desafios enfrentados por educadores, escolas, pais e alunos. Ao identificar lacunas na implementação, a pesquisa pode fornecer recomendações para melhorar as práticas e garantir o cumprimento efetivo das leis existentes. Propor alternativas e melhores práticas: A pesquisa pode fornecer evidências empíricas de alternativas e melhores práticas na área da educação inclusiva.

Essas descobertas podem ser divulgadas para educadores, formuladores de políticas e profissionais da área, incentivando-os a implementar mudanças positivas

para atender às exigências legais. Conscientização e advocacia: A pesquisa pode ajudar a aumentar a conscientização pública sobre a importância da educação inclusiva e dos direitos de todas as crianças de terem acesso a uma educação de qualidade. Ao destacar as evidências e os impactos positivos da educação inclusiva, a pesquisa pode influenciar a opinião pública e pressionar os tomadores de decisão a cumprir as leis existentes.

A pesquisa pode promover o diálogo e a colaboração entre diversos stakeholders, como educadores, pais, estudantes, especialistas em educação inclusiva, legisladores e defensores dos direitos das pessoas com deficiência. Através da criação de parcerias e fóruns de discussão, a pesquisa pode ajudar a promover um maior engajamento de todos os envolvidos na implementação das leis de educação inclusiva.

2.2 As políticas educativas inclusivas em vigor no Estado de Goiás: aportes legais

As políticas educativas inclusivas são de extrema importância para garantir o acesso e a permanência de todos os estudantes na escola, promovendo a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade. No Estado de Goiás, diversas ações têm sido implementadas nesse sentido, embasadas por uma série de normas legais. (Pereira; Vieira, 2020).

Uma das principais referências legais para as políticas inclusivas em Goiás é a Constituição Federal de 1988, que prevê o direito à educação de qualidade para todos os cidadãos, sem qualquer forma de discriminação. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, em seu artigo 2º, estabelece que a educação deve ser oferecida de forma inclusiva, promovendo a integração de todos os alunos, independentemente de suas características individuais. (Pereira; Vieira, 2020).

No âmbito estadual, Goiás conta com a Resolução CEE/CME nº 03/2005, que define as diretrizes para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. Essa resolução destaca a importância da formação e atualização dos profissionais da educação, bem como a adaptação dos

currículos e a disponibilização de recursos e serviços de apoio para garantir a plena participação desses alunos na escola. (Pereira; Vieira, 2020).

Outra norma importante é o Decreto Estadual nº 7.037/2010, que institui o Programa de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva em Goiás. Esse programa tem como objetivo promover a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino, por meio de ações como formação de professores, adaptação curricular, oferta de recursos didáticos e pedagógicos, entre outros. (Pereira; Vieira, 2020).

Além disso, é fundamental destacar a importância do Decreto Estadual nº 9.647/2019, que dispõe sobre as diretrizes para a implementação do Programa de Ensino em Tempo Integral em Goiás. Esse programa visa assegurar uma educação de qualidade e inclusiva, com a ampliação da jornada escolar para os estudantes da rede estadual, possibilitando a vivência de experiências educacionais diversas e a formação integral dos alunos. (Pereira; Vieira, 2020).

Em suma, as políticas educativas inclusivas em vigor no Estado de Goiás são embasadas por uma série de normas legais, como a Constituição Federal, a LDB e decretos estaduais. Essas políticas visam garantir o acesso, a participação e o sucesso de todos os estudantes nas escolas goianas, promovendo a valorização da diversidade e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2.3 A BNCC e DC-GO na educação infantil inclusiva

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e DC-GO (Diretrizes Curriculares do Estado de Goiás) são diretrizes educacionais importantes para promover uma educação inclusiva na educação infantil. A BNCC é um documento que estabelece os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, definindo o que deve ser ensinado em cada etapa da educação básica brasileira. Ela tem um enfoque inclusivo, garantindo o acesso e a participação de todas as crianças, sem discriminação. (Brasil, 2021).

No contexto da educação infantil inclusiva, a BNCC destaca a importância de uma educação que valorize as diferenças e promova a igualdade de oportunidades para todas as crianças. As habilidades e competências desenvolvidas na BNCC são

fundamentais para que os alunos com deficiência ou outras necessidades educacionais especiais possam participar plenamente do processo educacional. (Brasil, 2021).

Já as DC-GO são direcionamentos específicos do estado de Goiás, alinhados à BNCC, que buscam orientar e nortear as práticas pedagógicas na educação infantil. Elas também seguem os princípios de uma educação inclusiva, reconhecendo a diversidade como um valor a ser respeitado e promovendo ações para a garantia do direito à educação de todos os alunos. (Goiás, 2021).

Nas DC-GO, são apresentadas orientações para adaptar e flexibilizar o currículo, levando em consideração as especificidades de cada criança e suas necessidades particulares. Além disso, elas também abordam a importância da formação continuada dos profissionais da educação para que possam atender adequadamente as demandas da educação inclusiva. (Goiás, 2021).

Essas referências, tanto a BNCC quanto as DC-GO, de sinalizarem sobre a educação infantil inclusiva, elas não proporcionam uma estrutura adequada para que isso se concretize de fato. Em vez disso, adotam uma abordagem superficial, que não leva em consideração as necessidades individuais desses alunos e não oferece suporte suficiente para que eles realmente se integrem ao ambiente educacional. Além disso, a falta de clareza e diretrizes específicas sobre como essa inclusão deve ocorrer gera incertezas e inconsistências na implementação das políticas inclusivas. É necessário repensar de forma mais aprofundada e abrangente a forma como a educação inclusiva é abordada por esses documentos, garantindo que todos os estudantes tenham igualdade de oportunidades e acesso a uma educação de qualidade.

A educação inclusiva, na lupa teórica da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), considera a diversidade dos estudantes e busca promover a equidade e a igualdade de oportunidades educacionais para todos, sem exceção. A BNCC reconhece que todas as pessoas têm direito a uma educação de qualidade e que as escolas devem garantir a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Além disso, a BNCC destaca a importância de contemplar outras formas de diversidade, como etnia, gênero, orientação sexual, classe social, entre outros. (Brasil, 2021).

Nessa perspectiva, a educação inclusiva busca superar a exclusão e a segregação educacional, garantindo que todos os estudantes sejam acolhidos e possam participar ativamente do processo de aprendizagem. Para tanto, a BNCC prevê a adoção de práticas pedagógicas e de gestão escolar que valorizem as diferenças individuais e ofereçam os recursos necessários para que cada estudante possa desenvolver seu potencial plenamente. (Brasil, 2021).

Dentre os princípios importantes para a educação inclusiva na BNCC estão: a valorização da diversidade como um aspecto enriquecedor da aprendizagem; a adoção de estratégias educacionais que atendam às necessidades específicas de cada estudante; a promoção do respeito mútuo, da autonomia e da participação ativa de todos os envolvidos no processo educativo; a criação de ambientes inclusivos que acolham a todos; e a promoção do diálogo e da colaboração para superar as barreiras que possam existir. (Brasil, 2021).

Assim, a BNCC oferece uma base teórica que orienta as escolas na implementação de práticas pedagógicas inclusivas, visando proporcionar a todos os estudantes uma educação de qualidade, que valorize suas diferenças e promova seu pleno desenvolvimento. (Goiás, 2021).

O DCGO (Documento Curricular de Goiás), que foi elaborado pela Secretaria de Educação de Goiás, inclui a educação inclusiva como um dos princípios fundamentais do sistema educacional do estado. A lupa teórica do DCGO é a perspectiva inclusiva, que busca garantir que todos os alunos, independentemente de suas características individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade. (Goiás, 2021).

A educação inclusiva na lupa teórica do DCGO é baseada em uma concepção de educação que visa a promoção da equidade e a valorização da diversidade. Segundo o documento, a inclusão escolar é um direito de todos os alunos e deve ser assegurada por meio de práticas pedagógicas que considerem as diferenças individuais, respeitem a identidade de cada estudante e atendam às suas necessidades específicas. (Goiás, 2021).

Neste sentido, o DCGO defende a adoção de uma abordagem centrada no aluno, em que a diversidade é valorizada e respeitada como um aspecto enriquecedor do processo educativo. Isso implica em uma oferta de educação que promova o

acesso, a participação e o aprendizado de todos os estudantes, independentemente de suas habilidades, condições de saúde ou outras características individuais.

A lupa teórica do DCGO também destaca a importância da colaboração entre família, escola e comunidade para a construção de uma educação inclusiva. Nesse sentido, o documento enfatiza a necessidade de parcerias entre todos os atores envolvidos no processo educativo, com o objetivo de garantir o desenvolvimento pleno de todos os alunos. (Goiás, 2021).

Além disso, o DCGO também traz diretrizes específicas para a promoção da educação inclusiva, como a formação continuada dos profissionais da educação, a adaptação dos ambientes escolares e materiais didáticos, a oferta de suportes e recursos pedagógicos adequados às necessidades dos estudantes, entre outros. Isto dito, entendemos que o DCGO posiciona a educação inclusiva como um dos princípios fundamentais do sistema educacional de Goiás, valorizando a diversidade e defendendo a oferta de uma educação que seja inclusiva, equitativa e de qualidade para todos os alunos.

2.4 Pontos e contrapontos da inclusão escolar no estado de Goiás e Centro-Oeste do país.

A inclusão escolar no estado de Goiás é um tema complexo e desafiador, que envolve tanto aspectos positivos quanto negativos. Neste texto, serão apresentados alguns pontos e contrapontos em relação à inclusão escolar no estado, com base em citações e referências relevantes.

De acordo com Alencar (2015), a inclusão escolar em Goiás enfrenta desafios e dificuldades. Ele ressalta que, apesar das políticas e leis existentes que visam promover a inclusão, a efetivação dessas medidas ainda é limitada. O autor destaca que a falta de preparo dos professores para lidar com a diversidade e a resistência de algumas escolas em se adaptarem às necessidades dos alunos com deficiência são alguns dos obstáculos enfrentados. Além disso, a falta de estrutura física adequada e de recursos pedagógicos específicos também são apontados como problemas.

Alencar também aponta que a inclusão escolar em Goiás não se limita apenas aos alunos com deficiência, mas também engloba outros grupos, como alunos com dificuldades de aprendizagem, transtornos do espectro autista e altas

habilidades/superdotação. O autor ressalta a importância de uma educação inclusiva, que proporcione a todos os estudantes oportunidades de aprendizagem e participação plena. Ele defende a necessidade de investimentos na formação de professores, na adaptação das escolas e na criação de políticas que promovam a inclusão de forma efetiva e sustentável. (Alencar, 2015).

Nessas condições evidencia-se que segundo Alencar (2015), a inclusão escolar em Goiás enfrenta desafios relacionados à falta de preparo dos professores, resistência das escolas, falta de estrutura e recursos adequados. No entanto, ele argumenta que é necessário investir em políticas e formações que promovam uma educação inclusiva e equitativa para todos os estudantes.

De acordo com Rodrigues et al. (2018), a inclusão escolar em Goiás tem mostrado avanços significativos nos últimos anos. A política de inclusão vem sendo implementada de forma mais efetiva, buscando garantir o acesso e a permanência de todos os alunos na escola, independentemente de suas diferenças e necessidades educacionais. Uma das estratégias adotadas pelo governo de Goiás é a criação de salas de recursos multifuncionais, que visam oferecer suporte pedagógico especializado aos estudantes com deficiência. Além disso, há também a promoção da formação continuada dos professores, com o objetivo de capacitá-los para o atendimento às necessidades específicas de cada aluno.

O estudo mostra ainda que, apesar dos avanços, há desafios a serem enfrentados. Ainda existe a necessidade de ampliação e qualificação das equipes de profissionais especializados, bem como a maior articulação entre as diferentes secretarias e órgãos envolvidos no processo de inclusão. Em relação ao desempenho dos alunos com deficiência, o estudo aponta que, embora existam avanços, ainda há uma demanda por melhorias. É fundamental fortalecer as ações de acompanhamento e avaliação, garantindo uma educação inclusiva de qualidade. (Rodrigues et. al, 2018).

A inclusão em Goiás na perspectiva de Ferreira e Maia (2019) refere-se à integração de pessoas com deficiência na sociedade goiana, especialmente no que diz respeito à educação inclusiva. Segundo os autores, a inclusão em Goiás está avançando, porém, ainda existem diversos desafios a serem enfrentados.

Ferreira e Maia (2019) argumentam que a inclusão em Goiás é fortemente influenciada por políticas públicas voltadas para a educação inclusiva. Nesse sentido,

destacam a importância da implementação de estratégias e políticas que promovam a acessibilidade e a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de sua condição física, sensorial, intelectual ou social.

No entanto, os autores apontam que há desafios a serem superados para que a inclusão em Goiás seja efetiva. Um dos principais desafios é a falta de formação adequada dos profissionais da educação para lidar com a diversidade e as necessidades específicas dos alunos com deficiência. Além disso, há a necessidade de investimentos em infraestrutura e recursos materiais para garantir a acessibilidade nas escolas e demais espaços públicos. (Ferreira e Maia, 2019).

Outro desafio apontado por Ferreira e Maia (2019) é a falta de conscientização e sensibilização da sociedade em relação à inclusão. Eles explicam que a discriminação e o preconceito são obstáculos para a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade goiana, o que impede o alcance de uma inclusão verdadeira e efetiva. Para enfrentar esses desafios, Ferreira e Maia (2019) defendem a necessidade de uma ampla articulação entre diversos atores sociais, como gestores públicos, profissionais da educação, famílias e pessoas com deficiência. Além disso, destacam a importância da realização de campanhas de conscientização, da promoção de debates e da disseminação de informações sobre inclusão.

Em seu estudo intitulado “A Educação Especial em Goiás: uma análise dos discursos de gestores e professores”, Oliveira et al. (2017) investigaram a visão de gestores e professores sobre a Educação Especial no estado de Goiás. A pesquisa teve como objetivo compreender as representações e práticas desses profissionais em relação à educação inclusiva.

De acordo com os autores, há uma tendência à concentração de alunos com deficiência em escolas e classes especiais, o que contraria a perspectiva inclusiva preconizada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Além disso, foi identificado um déficit de formação adequada para a inclusão, tanto em nível inicial quanto continuado, sendo que muitos profissionais acreditam que a responsabilidade pela inclusão é dos professores de apoio, desconsiderando a importância do trabalho colaborativo entre todos os docentes (Oliveira et al., 2017).

Essa pesquisa contribui para a compreensão dos desafios e dilemas enfrentados pelos gestores e professores da Educação Especial em Goiás,

evidenciando a necessidade de investimentos em formação e estruturação de políticas públicas que promovam a inclusão efetiva de alunos com deficiência nas escolas regulares. (Oliveira et al., 2017).

Araújo et al. (2019) argumentam que a educação inclusiva não se trata apenas da inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares, mas também da promoção de uma educação de qualidade e igualdade para todos. A perspectiva desses autores é fundamentada nas diretrizes internacionais, como a Declaração de Salamanca, que defende a importância da inclusão, da equidade e da diversidade na educação.

Segundo Araújo et al. (2019), a educação inclusiva demanda uma série de ações e adaptações nas escolas, tais como a promoção de ambientes acolhedores e respeitosos, a capacitação dos profissionais da educação para lidar com a diversidade, a flexibilização dos currículos e metodologias de ensino, entre outras.

Esses autores também ressaltam a importância de se pensar a inclusão de forma abrangente, considerando não apenas aspectos físicos, mas também afetivos, sociais e pedagógicos. Isso implica em garantir a participação ativa de todos os alunos nas atividades escolares, bem como promover a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade. (Araújo et al., 2019).

A partir dos teóricos acima citados, apresentamos **pontos e contrapontos**.

Ponto: Combate à discriminação e promoção da igualdade de oportunidades. Segundo Alencar (2015), a inclusão escolar é uma forma de combater a discriminação, promovendo a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de suas diferenças. Isso é essencial para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Contraponto: Dificuldades de adaptação. Alguns estudantes com deficiência podem enfrentar dificuldades de adaptação no ambiente escolar regular, de acordo com Rodrigues et al. (2018). Isso pode ocorrer devido à falta de recursos e capacitação adequada por parte da escola, o que pode comprometer a qualidade da inclusão escolar.

Ponto: Desenvolvimento de habilidades sociais. A inclusão escolar proporciona a oportunidade dos estudantes com deficiência interagirem com seus colegas sem deficiência, promovendo o desenvolvimento de habilidades sociais, conforme

apontado por Ferreira e Maia (2019). Isso ajuda a quebrar barreiras e estereótipos, contribuindo para uma convivência mais harmoniosa e enriquecedora.

Contraponto: Sobrecarga para os professores. A inclusão escolar demanda um grande esforço por parte dos professores, que precisam adaptar sua prática pedagógica para atender às necessidades de todos os estudantes, inclusive os com deficiência. Isso pode gerar uma sobrecarga de trabalho e comprometer a qualidade do ensino, conforme destacado por Oliveira et al. (2017).

Ponto: Avanços nas políticas públicas. O estado de Goiás tem implementado políticas públicas voltadas para a inclusão escolar, como a criação de salas de recursos multifuncionais e a formação de professores especializados, de acordo com a Secretaria de Estado da Educação (GO). Isso demonstra o compromisso do estado em promover uma educação inclusiva e de qualidade.

Contraponto: Desigualdades regionais. Segundo Araújo et al. (2019), as políticas de inclusão escolar no estado de Goiás não estão sendo implementadas de forma equânime em todas as regiões, o que gera desigualdades no acesso à educação inclusiva. Além disso, algumas escolas enfrentam dificuldades estruturais e falta de recursos, o que compromete a efetividade da inclusão.

Diante o exposto, entendemos que a inclusão escolar no estado de Goiás apresenta tanto pontos positivos quanto contrapontos. É importante que as políticas públicas sejam aprimoradas e implementadas de forma equitativa em todas as regiões, garantindo uma educação inclusiva de qualidade para todos os estudantes.

Em conclusão, este capítulo teve como objetivo discutir o processo de implementação da política de educação especial na educação infantil no Centro-Oeste do Brasil, com ênfase em Goiás. A inclusão é um tema cada vez mais discutido na sociedade atual, e é essencial que seja aplicada desde cedo, na fase da educação infantil. No entanto, falta investimento e estrutura adequada para que as crianças com deficiência consigam se desenvolver plenamente dentro das escolas. Muitas vezes, as instituições não possuem recursos e profissionais capacitados para atender às necessidades específicas desses alunos, como no caso de crianças com autismo, síndrome de Down ou deficiências físicas.

Além disso, a falta de apoio também pode ser observada no âmbito das políticas públicas. É comum vermos programas e ações voltados para outras etapas da educação básica, como o ensino fundamental e médio, mas a educação infantil é

deixada de lado. Poucos são os investimentos e planos de ação voltados especificamente para essa fase tão importante na vida das crianças.

No Goiás, esse problema é ainda evidente. O estado enfrenta desafios na área da educação infantil, e a inclusão acaba sendo uma pauta de atenção. Precisamos urgentemente dar voz à educação infantil e à inclusão nos municípios goianos. É necessário que os governos (estadual e municipais), invistam mais em infraestrutura, capacitação de profissionais, políticas públicas efetivas e sensibilização da sociedade como um todo. Somente assim, poderemos proporcionar uma educação verdadeiramente inclusiva às crianças desde o início de sua jornada escolar, preparando-as para um futuro mais igualitário e justo.

3 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ADOTADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CENTRO-OESTE

O terceiro capítulo tem por objetivo, destacar as políticas de educação especial e inclusão adotadas na educação infantil em Goiás.

3.1 Avanços e dificuldades no Centro-Oeste

O centro-oeste do Brasil tem sido uma região promissora em relação às políticas públicas de inclusão na educação infantil. Nos últimos anos percebe-se avanços no que tange a educação especial no Centro-Oeste do país, no entanto,

ainda há muito a ser feito no intuito de garantir a inclusão de crianças com necessidades especiais, visando a promoção da equidade e desenvolvimento pleno de todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais.

Os estados que compõem a região centro-oeste trabalham a inclusão escolar por meio de diferentes políticas e programas. Embora existam semelhanças na abordagem da inclusão, também há diferenças entre os estados. Em comum, os estados da região centro-oeste têm a implementação das diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que visa garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na educação regular.

Um aspecto comum é a adoção de salas de recursos multifuncionais nas escolas, que oferecem recursos materiais, pedagógicos e tecnológicos para atender às necessidades dos estudantes com deficiência. Também são promovidas formações continuadas para os professores, buscando capacitá-los para o trabalho com a diversidade e a inclusão. Outra prática comum é a criação de centros de referência em educação especial, que funcionam como órgãos responsáveis por apoiar as escolas na inclusão de alunos com deficiência. Esses centros oferecem suporte técnico-pedagógico, formação continuada e promovem a articulação entre escolas, famílias e demais instituições envolvidas na educação inclusiva.

Apesar das semelhanças, os estados da região centro-oeste também apresentam diferenças em relação à inclusão escolar. Por exemplo, o Distrito Federal tem um sistema de ensino centralizado e conta com uma Secretaria de Estado de Educação que coordena as ações de inclusão. Já Mato Grosso e Mato Grosso do Sul possuem uma secretaria de educação estadual que coordena as atividades de inclusão, enquanto Goiás tem uma secretaria de educação estadual e também uma secretaria de educação especial. Outra diferença é a disponibilidade de recursos financeiros e tecnológicos para a implementação da inclusão escolar. Alguns estados podem enfrentar desafios relacionados à infraestrutura das escolas e à capacitação de professores, devido à grande extensão territorial e à distribuição populacional heterogênea da região.

O mapeamento dos avanços e dificuldades das práticas de inclusão na educação infantil no Centro-Oeste pode ser analisado levando em consideração a

própria região. É importante ressaltar que cada estado pode apresentar particularidades em relação à implementação de políticas públicas e práticas inclusivas, porém algumas tendências podem ser observadas.

Em termos de avanços, é possível destacar a maior conscientização sobre a importância da inclusão na educação infantil, tanto por parte dos gestores públicos, como dos professores e famílias. Houve um aumento no número de documentos e legislações que asseguram o direito à educação inclusiva, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), de 2015, que reforçou a obrigatoriedade da matrícula e permanência de crianças com deficiência em escolas regulares. (Brasil, 2005).

A década de 1990 houve uma aclamação maior em relação a educação especial e ao atendimento de crianças com necessidades especiais, com a oferta de cursos de especialização, capacitação e treinamentos. Essa formação contribui para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas, que valorizam a diversidade e respeitam as diferenças individuais. Num entanto, o avanço não foi suficiente para suprir toda a demanda reprimida de décadas. (Oliveira, 2009).

Uma das principais influências dessas políticas públicas de inclusão na educação infantil do centro-oeste do Brasil é a ampliação do acesso. Esforços têm sido feitos para garantir que todas as crianças, inclusive as com deficiência, tenham acesso à educação infantil de qualidade, por meio da criação de salas de recursos multifuncionais, das adaptações estruturais nas escolas e da formação de profissionais capacitados para atender a diversidade. Essas ações têm contribuído para que crianças com diferentes necessidades possam frequentar a escola regular, promovendo uma maior convivência entre elas e evitando a segregação.

Outro ponto importante é a valorização da diversidade. As políticas públicas de inclusão têm promovido a valorização das diferenças e o respeito à diversidade, reconhecendo que todas as crianças têm o direito de serem respeitadas em suas especificidades. Essa valorização se reflete nas práticas pedagógicas que são desenvolvidas nas escolas, que buscam atender às necessidades de cada criança, oferecendo suporte pedagógico e emocional.

Além disso, é importante destacar a influência das políticas públicas na formação dos profissionais da educação infantil. O centro-oeste tem investido na capacitação e formação dos educadores, oferecendo cursos e atividades de formação continuadas voltadas para a inclusão. Essa formação permite que os professores

ampliem seus conhecimentos sobre estratégias pedagógicas inclusivas, tornando-se mais preparados para atender às necessidades de todas as crianças.

Outro avanço significativo é a maior presença de recursos pedagógicos e materiais adaptados nas escolas de educação infantil, como brinquedos inclusivos, materiais em braile e comunicação alternativa. Esses recursos auxiliam no processo de aprendizagem e na participação ativa das crianças com necessidades especiais nas atividades escolares (Oliveira, 2009).

No entanto, algumas dificuldades ainda são enfrentadas nas práticas de inclusão na educação infantil na região. Uma das principais é a falta de estrutura física e recursos materiais adequados para atender às necessidades das crianças com deficiência. Muitas escolas ainda não possuem espaços adaptados e materiais pedagógicos inclusivos, dificultando a plena participação e integração dessas crianças (Oliveira, 2009).

A pesar do crescimento no número de formação continuada, o desafio da formação ainda é uma realidade e a falta de conhecimento sobre estratégias pedagógicas inclusivas. Muitos professores ainda não se sentem preparados para lidar com a diversidade de necessidades e especificidades das crianças com deficiência, o que pode gerar exclusão e dificuldades no processo de ensino-aprendizagem. (Oliveira, 2009).

Além disso, a falta de apoio e suporte por parte das famílias e da comunidade também representa um obstáculo para a inclusão na educação infantil. É necessário um trabalho conjunto entre escola, família e comunidade para assegurar a efetiva inclusão das crianças com necessidades especiais. (Oliveira, 2009).

Diante dessas questões, é fundamental que haja investimentos na qualificação dos profissionais da educação, na adequação das infraestruturas das escolas e na sensibilização das comunidades escolares. Somente com uma maior valorização da diversidade e inclusão como princípios fundamentais da educação infantil será possível superar as dificuldades e alcançar avanços significativos nessa área.

No entanto, é importante ressaltar que ainda existem desafios a serem superados. A falta de recursos financeiros e estruturais ainda é um entrave para a plena inclusão de todas as crianças na região. Além disso, é necessário um maior acompanhamento e monitoramento das ações de inclusão, a fim de verificar sua efetividade e promover possíveis ajustes.

3.1.1 Uma visão da perspectiva da inclusão na educação infantil do Distrito Federal

A Educação Especial no Distrito Federal, assim como em todo o Brasil, passou por diversas transformações ao longo dos anos, visando garantir a inclusão e o acesso de alunos com deficiência ao ensino regular. Um importante marco foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, que estabeleceu diretrizes para a Educação Especial no país. A partir daí, o Distrito Federal começou a implementar políticas e programas voltados para a inclusão escolar de alunos com deficiência. (Brasil, 1996)

Uma das estratégias utilizadas para o desenvolvimento da Educação Especial no Distrito Federal é a oferta de salas de recursos multifuncionais nas escolas regulares. Essas salas são espaços adequados e equipados com materiais pedagógicos específicos para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Além disso, o Distrito Federal também conta com escolas especializadas, conhecidas como Centros de Educação Especial (CEE). Esses centros oferecem atendimento educacional especializado para alunos com deficiência, com o objetivo de garantir a inclusão e promover o desenvolvimento pleno de suas potencialidades. (Distrito Federal, 2023).

No entanto, é importante ressaltar que a Educação Especial no Distrito Federal, assim como em todo o país, ainda enfrenta desafios. Um dos principais desafios é a formação de professores especializados para atuar nessa área. É fundamental que os profissionais da educação recebam capacitação adequada para lidar com a diversidade e promover a inclusão de forma efetiva. (Distrito Federal, 2023).

Além disso, é necessário garantir a acessibilidade nas escolas e nos materiais pedagógicos, por meio da adaptação de espaços físicos, disponibilização de recursos tecnológicos e produção de materiais didáticos acessíveis. Para avançar nesse sentido, o Distrito Federal tem buscado parcerias com instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil, visando o fortalecimento da Educação Especial. Além disso, o governo local também tem investido em programas de formação continuada e na contratação de profissionais especializados (Distrito Federal, 2023).

A implementação das políticas públicas de inclusão na educação infantil no Distrito Federal tem sido um desafio constante. Entretanto, ao longo dos anos, importantes avanços foram conquistados para garantir o direito à educação de qualidade para todas as crianças.

É importante ressaltar que a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 garantem que a educação é um direito de todos, sem qualquer forma de discriminação. Nesse sentido, a inclusão de crianças com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades/superdotação e outras necessidades especiais é fundamental para a construção de uma sociedade mais igualitária (Brasil, 1996).

Um dos principais avanços na implementação das políticas públicas de inclusão na educação infantil no Distrito Federal foi a oferta de salas de recursos multifuncionais em todas as creches e pré-escolas da rede pública de ensino. Essas salas são espaços adaptados com recursos pedagógicos e tecnológicos que proporcionam apoio individualizado aos estudantes com necessidades especiais, promovendo sua participação ativa e plena na comunidade escolar (Distrito Federal, 2023).

Outro avanço significativo foi a formação continuada de professores e demais profissionais envolvidos na educação infantil, visando aprimorar suas práticas pedagógicas inclusivas. A Secretaria de Educação do Distrito Federal tem promovido cursos, palestras e oficinas voltados para o atendimento às necessidades educacionais especiais, a fim de garantir uma educação de qualidade para todas as crianças (Distrito Federal, 2023).

No entanto, apesar dos avanços, ainda existem grandes desafios a serem enfrentados na implementação das políticas públicas de inclusão na educação infantil no Distrito Federal. Um dos principais obstáculos é a falta de estrutura física adequada nas escolas, o que dificulta a acessibilidade de crianças com deficiência. Muitas escolas ainda não possuem rampas, banheiros adaptados, mobiliário adequado, entre outros recursos que garantam a participação plena dessas crianças (Distrito Federal, 2023).

Além disso, a formação inicial dos professores ainda carece de uma abordagem mais inclusiva, pois muitos profissionais não se sentem preparados para lidar com a diversidade presente em sala de aula. É fundamental investir em cursos de graduação

e pós-graduação que abordem de forma aprofundada as práticas pedagógicas inclusivas, favorecendo o desenvolvimento de competências necessárias para atender às necessidades de todos os alunos (Distrito Federal, 2023).

Diante dessas dificuldades, é essencial que a sociedade como um todo se mobilize para cobrar a implementação efetiva das políticas públicas de inclusão na educação infantil. A participação dos pais, das organizações da sociedade civil e dos próprios estudantes é fundamental para que as necessidades dessas crianças sejam de fato atendidas. É importante ressaltar que a inclusão escolar não é apenas a responsabilidade da escola, mas sim de toda a sociedade. A educação inclusiva é um direito que deve ser garantido a todas as crianças, independentemente de suas diferenças. Somente através de um trabalho conjunto e comprometido será possível promover uma educação infantil verdadeiramente inclusiva no Distrito Federal.

A inclusão na educação infantil do Distrito Federal é um desafio que envolve garantir o acesso, a permanência e o aprendizado de todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, emocionais, sociais ou cognitivas. Nesse sentido, é fundamental compreender que a inclusão não se trata apenas de matricular as crianças com deficiência em escolas regulares, mas sim de promover uma educação de qualidade que atenda às necessidades de todos os alunos.

Um estudo realizado por Souza e Sperandio (2018) analisou a inclusão na educação infantil do Distrito Federal e apontou alguns desafios enfrentados pelas instituições de ensino. Entre eles, está a falta de formação adequada dos professores para trabalhar com crianças com deficiência. Muitos docentes relataram dificuldades em lidar com as diferenças e em adaptar o currículo para atender as necessidades individuais dos alunos.

Outro ponto levantado é a necessidade de adequação das estruturas físicas das escolas para torná-las acessíveis a todas as crianças. Rampas, corrimãos e banheiros adaptados são essenciais para garantir a inclusão plena dos alunos com deficiência.

Além disso, é preciso considerar a importância da participação da família no processo de inclusão. Uma pesquisa realizada por Pereira et al. (2019) mostrou que a parceria entre escola e família é fundamental para o sucesso da inclusão na educação infantil. A participação dos pais no planejamento e acompanhamento das atividades escolares contribui para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade.

Para garantir a inclusão na educação infantil do Distrito Federal, é necessário que o poder público invista em políticas públicas que promovam a formação de professores, a adaptação das estruturas físicas das escolas e a valorização da participação das famílias. Além disso, é fundamental que haja um diálogo constante entre todos os envolvidos no processo educacional, visando a construção de práticas inclusivas que atendam às necessidades de todas as crianças.

A Educação Especial no Distrito Federal tem evoluído ao longo dos anos, buscando garantir a inclusão e o acesso de alunos com deficiência ao ensino regular. No entanto, é necessário continuar avançando na formação de professores especializados e na garantia da acessibilidade nas escolas, para assegurar uma educação inclusiva e de qualidade a todos os estudantes.

3.1.2 Uma visão da perspectiva da inclusão na educação infantil no Mato Grosso

A inclusão na educação infantil no Mato Grosso tem se desenvolvido de forma progressiva nos últimos anos. A perspectiva é de que todas as crianças, independente de suas características individuais, tenham acesso à educação de qualidade, de forma inclusiva e igualitária.

As políticas de educação especial no estado do Mato Grosso podem diferir das políticas adotadas no Distrito Federal em vários aspectos. No entanto, algumas possíveis diferenças podem incluir:

As políticas de educação especial no estado do Mato Grosso podem diferir das políticas adotadas no Distrito Federal em vários aspectos. No entanto, é importante destacar algumas possíveis diferenças. Uma das diferenças pode ser encontrada na estrutura e organização. O Mato Grosso e o Distrito Federal possuem estruturas administrativas distintas para a educação especial, com órgãos responsáveis pela implementação e supervisão de programas específicos. Essas estruturas são pensadas de acordo com as necessidades locais, embora não consigam atender a todos de forma abrangente.

Outro aspecto relevante que pode diferenciar os estados diz respeito aos recursos financeiros alocados para a educação especial. Essa alocação pode variar entre o Mato Grosso e o Distrito Federal, impactando diretamente na disponibilidade de serviços e apoio aos alunos com necessidades especiais. Além disso, as políticas

de educação especial podem divergir na abordagem e variedade de programas e serviços oferecidos para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Exemplos disso são a disponibilidade de salas de aula inclusivas, suporte individualizado, terapias especializadas e treinamentos para professores.

A formação e capacitação de professores na área de educação especial também podem variar entre os dois estados, influenciando na preparação dos profissionais para atender às demandas dos alunos com deficiência. Além disso, as políticas de educação especial podem diferir em termos de parcerias e colaborações com instituições de ensino superior, organizações não governamentais e outros atores relevantes, com o objetivo de promover a inclusão dos alunos com deficiência. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE) realizada em 2019, o Mato Grosso apresentou avanços significativos na inclusão de crianças com deficiência na educação infantil. De acordo com os dados, houve um aumento no número de matrículas dessas crianças, o que indica a preocupação do estado em assegurar o direito à educação para todos.

A inclusão na educação infantil no Mato Grosso tem como base a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e também a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que foi ratificada pelo Brasil em 2008. Ambas legislações garantem a igualdade de oportunidades e o acesso ao ensino regular, promovendo a inclusão de crianças com deficiência.

Para que a inclusão seja efetiva, é necessário que as instituições de educação infantil ofereçam recursos e estratégias pedagógicas específicas para atender às necessidades de cada criança. Nesse sentido, o Mato Grosso tem investido na formação de professores, por meio de cursos e capacitações, visando prepará-los para o trabalho com a diversidade e garantindo uma educação de qualidade para todos. (Pense, 2019).

Além disso, o estado tem implementado políticas públicas que visam adaptar as instituições de educação infantil para receber crianças com diferentes tipos de deficiência. A acessibilidade nas escolas é um ponto fundamental para a inclusão, e no Mato Grosso, tem-se buscado promover a adaptação dos ambientes físicos e dos recursos didáticos, facilitando o acesso e a participação de todas as crianças. (Pense, 2019).

É importante destacar que a inclusão na educação infantil não se resume apenas às crianças com deficiência, mas também se estende a todas as crianças em situação de vulnerabilidade social, como aquelas que pertencem a comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, entre outras. O objetivo é garantir que todas as crianças tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento. (Pense, 2019).

A inclusão na educação infantil no estado do Mato Grosso tem avançado progressivamente ao longo dos anos, mas também enfrenta diversas dificuldades em sua implementação. Um dos avanços notáveis na inclusão na educação infantil no Mato Grosso é a expansão do número de escolas com estrutura adequada para receber crianças com deficiência. Segundo dados do Censo Escolar de 2019, o estado possui um total de 495 escolas de educação infantil com salas de recursos multifuncionais, espaços especialmente equipados para atender às necessidades educacionais dessas crianças (INEP, 2019).

Além disso, o Mato Grosso tem investido na formação de professores para lidarem com a diversidade na sala de aula. O Programa Formação Pela Escola, desenvolvido pelo Ministério da Educação em parceria com secretarias de educação municipais e estaduais, tem promovido cursos de capacitação sobre inclusão educacional. Essa formação tem sido fundamental para preparar os educadores para atender às necessidades das crianças com deficiência (MEC, 2020).

No entanto, a implementação da inclusão na educação infantil no Mato Grosso também enfrenta desafios significativos. Há uma falta de infraestrutura adequada em algumas escolas, com salas de aula sem adaptações físicas e materiais de ensino que atendam às necessidades das crianças com deficiência. Isso pode dificultar a participação plena e igualitária dessas crianças no ambiente escolar (UNESCO, 2020).

Além disso, a falta de profissionais especializados e de recursos financeiros destinados à inclusão também é uma dificuldade encontrada. Muitas vezes, os professores e educadores de apoio não possuem a formação necessária para lidar com a diversidade na sala de aula, o que pode afetar a qualidade do ensino oferecido às crianças com deficiência. Além disso, a falta de recursos financeiros destinados à inclusão pode comprometer a oferta de materiais adaptados e serviços de apoio necessário para garantir a participação plena das crianças (GOMES, 2019).

Em resumo, a inclusão na educação infantil no Mato Grosso tem avançado, mas ainda enfrenta importantes dificuldades em sua implementação. É fundamental que sejam investidos recursos na infraestrutura das escolas, na formação de profissionais e na oferta de materiais e serviços de apoio. Somente assim será possível garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todas as crianças no estado. A perspectiva da inclusão na educação infantil no Mato Grosso é de uma educação de qualidade e igualitária, que atenda às necessidades de todas as crianças. Com políticas públicas voltadas para a formação de professores e a adaptação das instituições, o estado tem buscado promover a inclusão e assegurar o direito à educação para todos.

3.1.3 Uma visão da perspectiva da inclusão na educação infantil no Mato Grosso do Sul

A inclusão na educação infantil é um tema de grande relevância nos dias de hoje, e no estado de Mato Grosso do Sul não é diferente. A garantia do acesso à educação de qualidade para todas as crianças, independentemente de suas características individuais, é um desafio que deve ser enfrentado pela sociedade como um todo.

As políticas de inclusão entre os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e do Distrito Federal diferem entre si devido à diversidade que marca a realidade socioeconômica, demográfica e os desafios específicos presentes em cada um desses locais. Essa diversidade resulta em abordagens distintas para promover a inclusão social. Observa-se não apenas no Centro-Oeste, mas em todo o Brasil, a presença de políticas públicas de estado e não apenas de governos, uma vez que muitos programas e ações são iniciados, mas acabam não sendo mantidos devido à troca de gestores públicos.

Uma das referências sobre a inclusão na educação infantil é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que estabelece a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, e prevê a adoção de medidas que garantam a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Brasil, 1996).

Outro documento importante é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que orienta as escolas na promoção da educação inclusiva. Nessa perspectiva, a inclusão vai além da mera matrícula dos alunos com deficiência nas escolas regulares, estendendo-se à adaptação do currículo, das metodologias de ensino e dos espaços físicos, de modo a atender às necessidades de cada criança. (Brasil, 2008).

Além das referências normativas, é necessário ressaltar a importância da formação dos profissionais da educação. Segundo a pesquisadora Mantoan (2003, p. 37), “[...] a formação docente deve ser revisada para atender à singularidade das crianças nas escolas inclusivas”. Portanto, é fundamental que os educadores estejam preparados para lidar com a diversidade e adotar práticas pedagógicas inclusivas.

Quanto às perspectivas de inclusão na educação infantil no Mato Grosso do Sul, destaca-se a implementação de salas de recursos multifuncionais, que oferecem apoio pedagógico especializado para alunos com deficiência. Além disso, o estado tem buscado parcerias com instituições especializadas, como as APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), para fortalecer as ações inclusivas. (MS, 2019).

No entanto, é preciso reconhecer que ainda há muito a ser feito. Segundo dados do Censo Escolar de 2019, apenas 37% das escolas de educação infantil em Mato Grosso do Sul possuem algum tipo de recurso de acessibilidade, como rampas e banheiros adaptados. Essa falta de estrutura física impede a inclusão plena dessas crianças. (MS, 2019). Portanto, é imprescindível que gestores públicos, educadores e toda a sociedade tenham consciência da importância e dos benefícios da inclusão na educação infantil. É fundamental investir em políticas públicas efetivas, garantir formação adequada para os profissionais da educação e promover a conscientização sobre a igualdade de direitos para todas as crianças. Somente dessa forma será possível construir uma sociedade mais inclusiva e justa para todo.

A implementação de práticas de inclusão na educação infantil no Mato Grosso do Sul tem avançado significativamente nos últimos anos, porém, tem se deparado com algumas dificuldades. O estado tem buscado garantir o acesso e a permanência de todas as crianças nas instituições educacionais, proporcionando-lhes uma educação de qualidade e inclusiva.

Um dos principais avanços no Mato Grosso do Sul foi a aprovação e implementação da Lei Estadual de Inclusão Escolar (Lei nº 5.178/2018). Essa lei

estabelece diretrizes para a política estadual de inclusão escolar e determina que as escolas devem garantir a matrícula e a adaptação dos alunos com deficiência nas escolas regulares. Além disso, a lei prevê a oferta de serviços de apoio educacional especializado para esses alunos. (Mato Grosso do Sul, 2018).

Outro avanço notável é a capacitação e formação de professores para lidar com a diversidade na sala de aula. O estado tem promovido cursos e workshops para os educadores, buscando capacitá-los para atender às necessidades educacionais de todas as crianças, inclusive as com deficiência. Esse investimento na formação docente reflete um compromisso com a inclusão e contribui para a melhoria da qualidade da educação infantil no estado. (Mato Grosso do Sul, 2018).

No entanto, algumas dificuldades ainda persistem na implementação das práticas de inclusão. Um dos desafios enfrentados é a falta de estrutura adequada nas escolas para receber os alunos com deficiência. Muitas instituições ainda não possuem acessibilidade física e recursos pedagógicos específicos para atender a esses alunos, dificultando a inclusão e o aprendizado. (Mato Grosso do Sul, 2018).

Outra dificuldade está relacionada à falta de profissionais especializados para atender às necessidades educacionais dos alunos com deficiência. A demanda por profissionais como psicopedagogos, fonoaudiólogos e psicólogos ainda é maior do que a oferta, o que limita a garantia de um suporte adequado aos estudantes.

Para superar essas dificuldades, é necessário um investimento contínuo em infraestrutura e recursos pedagógicos, assim como na formação de professores e demais profissionais da educação. Além disso, é fundamental a criação de parcerias entre a Secretaria de Educação, as escolas e a comunidade, para que todos se envolvam e colaborem com a implementação efetiva das práticas de inclusão. (MS, 2018).

A inclusão é uma questão de justiça social e de direito à educação, e sua implementação exige o engajamento de todos os atores envolvidos no processo educativo (Rodrigues, 2019). Para que a inclusão seja efetiva, é necessário o investimento em infraestrutura e formação docente, para que todas as crianças possam se desenvolver plenamente (Silva, 2018).

3.1.4 Uma visão da perspectiva da inclusão na educação infantil no Goiás

A inclusão na educação infantil no estado de Goiás representa um desafio constante para os profissionais da área. A perspectiva inclusiva busca garantir que todas as crianças, independentemente de suas características individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade.

As políticas de inclusão no estado de Goiás em comparação com os outros estados do Centro-Oeste têm mostrado avanços significativos, mas também algumas preocupações. No que diz respeito ao número de professores de apoio, tem havido um retrocesso, o que pode ser visto como um ponto negativo. A presença de professores de apoio é essencial para garantir uma educação inclusiva de qualidade, fornecendo suporte individualizado aos alunos com necessidades especiais. Portanto, a redução do número de professores de apoio é um motivo de preocupação.

Para compreender melhor essa visão, faz-se necessário recorrer a autores que discorrem sobre o assunto. Segundo Aranha (2011), a inclusão é um processo educacional que visa a atender as necessidades de todas as crianças, promovendo a participação plena e igualitária, sem discriminação ou exclusão.

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 58, estabelece que a educação infantil deve garantir o atendimento educacional especializado às crianças com necessidades educacionais especiais. Além disso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) reforça a importância da inclusão desde os primeiros anos de vida das crianças.

A inclusão na educação infantil em Goiás é um tema que tem sido objeto de discussões e ações por parte do poder público e das instituições educacionais. O Programa de Atenção Integral à Criança com Deficiência (PAICA), por exemplo, tem buscado promover a inclusão no estado, por meio de orientações pedagógicas, capacitações de professores e adaptações de espaços físicos nas escolas (GOIÁS, 2014).

No entanto, apesar dos esforços realizados, ainda há muitos desafios para a inclusão plena na educação infantil em Goiás. De acordo com Mendes (2013), é necessário que as instituições de ensino invistam em formação continuada para seus profissionais, tendo em vista que a inclusão demanda conhecimento e estratégias pedagógicas específicas.

Outro aspecto fundamental é o incentivo à participação ativa das famílias no processo educativo. Segundo Mazzotta (2018), a inclusão só será efetiva quando houver uma parceria entre a escola e a família, promovendo um ambiente acolhedor e favorável ao desenvolvimento da criança.

O mapeamento dos avanços e dificuldades de implementação de práticas de inclusão na educação infantil em Goiás, de acordo com os autores mencionados, oferece uma visão abrangente do cenário atual. Vamos analisar cada um desses autores e suas contribuições para essa perspectiva.

Rainha (2011) destaca os avanços na inclusão na educação infantil em Goiás, como a ampliação do atendimento a crianças com deficiência em escolas regulares, a criação de salas de recursos multifuncionais e a formação de professores para o atendimento especializado. Essas ações têm contribuído para a inclusão efetiva das crianças com deficiência na educação infantil.

Brasil (1996) representado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabeleceu o direito de todas as crianças a uma educação inclusiva, garantindo a matrícula em escolas regulares e o acesso aos mesmos conteúdos e práticas pedagógicas.

Brasil (2008) reforça a importância da educação inclusiva na Educação Infantil, destacando que o atendimento educacional especializado deve ocorrer preferencialmente dentro do ensino regular, buscando superar as barreiras para a aprendizagem e a participação das crianças com deficiência.

Goiás (2014) apresenta uma política estadual de educação inclusiva, destacando o compromisso do estado em promover a inclusão na educação infantil. Essa política visa garantir a matrícula e a permanência de todas as crianças na escola, além de oferecer suporte pedagógico e formação continuada aos professores.

Mendes (2013) aborda as dificuldades enfrentadas na implementação das práticas de inclusão na educação infantil, como a falta de estrutura escolar adequada, a falta de formação dos professores para o atendimento inclusivo e a resistência por parte de alguns profissionais em relação à inclusão.

Mazzotta (2018) destaca a importância da formação docente para a implementação efetiva da inclusão na educação infantil, ressaltando que os professores precisam estar preparados para lidar com a diversidade de alunos e suas necessidades educacionais especiais.

Portanto, o mapeamento dos avanços e dificuldades na implementação de práticas de inclusão na educação infantil em Goiás, na perspectiva desses autores, evidencia tanto os progressos conquistados, como também os desafios a serem enfrentados para que a inclusão seja efetivamente alcançada. Logo, a perspectiva da inclusão na educação infantil em Goiás é um desafio que envolve ações governamentais, institucionais e familiares. É importante que sejam garantidas as condições necessárias para o pleno desenvolvimento de todas as crianças, independentemente de suas características individuais, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.

No entanto, é importante ressaltar que as políticas de inclusão em Goiás e nos demais estados do Centro-Oeste enfrentam desafios e limitações. A falta de recursos financeiros e de capacitação adequada para professores e técnicos ainda é uma realidade em muitas escolas da região. Além disso, a infraestrutura das escolas também pode ser um obstáculo para a inclusão, dificultando o acesso e a participação dos alunos com deficiência.

3.2. Caminhos e Estratégias para a promoção da Inclusão

Existem diversos caminhos e estratégias para promover a inclusão escolar na educação infantil em Goiás, no Centro-Oeste do Brasil. Alguns desses caminhos podem incluir:

1. **Legislação inclusiva:** É importante contar com políticas e leis que garantam o direito à inclusão de crianças com deficiência na escola regular. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) são documentos que garantem o direito à educação inclusiva.
2. **Formação de professores:** É fundamental capacitar os professores da educação infantil para lidar com a diversidade e atender as necessidades educacionais das crianças com deficiência. Isso inclui cursos de formação continuada, workshops e palestras sobre inclusão.
3. **Adaptação de recursos:** É importante adaptar os recursos educacionais para atender as necessidades específicas das crianças com deficiência. Isso pode

incluir a adaptação de materiais didáticos, o uso de tecnologias assistivas e a disponibilização de apoios pedagógicos.

4. Parceria com instituições especializadas: Estabelecer parcerias com instituições especializadas no atendimento de crianças com deficiência pode auxiliar no processo de inclusão. Essas instituições podem oferecer suporte técnico, formação e acompanhamento durante o processo de inclusão.
5. Ambientes inclusivos: É essencial promover a criação de ambientes educacionais inclusivos, que valorizem a diversidade e respeitem as diferenças individuais. Isso inclui práticas pedagógicas que considerem as especificidades de cada criança, adaptações físicas na escola e a garantia de acessibilidade.
6. Participação da família: Envolver as famílias no processo de inclusão é fundamental. É importante conscientizar e empoderar os pais para que eles se tornem parceiros ativos na educação de seus filhos, participando de reuniões, eventos escolares e auxiliando na construção de estratégias de inclusão.

Esses são apenas alguns caminhos para promover a inclusão escolar na educação infantil em Goiás. É fundamental o envolvimento de toda a comunidade escolar nesse processo, visando garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas habilidades e características individuais.

Essas estratégias podem contribuir para a promoção da inclusão educacional na educação infantil em Goiás, no Centro-Oeste do Brasil. No entanto, é importante ressaltar que ainda existem desafios a serem superados nesse processo. Um dos desafios é a formação adequada dos professores. É necessário que os professores da educação infantil tenham conhecimentos sobre inclusão e estejam preparados para atender as necessidades educacionais das crianças com deficiência. Além disso, é preciso promover a reflexão sobre os preconceitos e estereótipos que podem influenciar a forma como os professores enxergam e lidam com a diversidade.

Outro desafio é a adaptação dos recursos e materiais didáticos. É fundamental que esses recursos sejam adaptados de forma a atender as necessidades específicas das crianças com deficiência. Isso pode incluir a disponibilização de materiais em diferentes formatos, como braille, audiodescrição e recursos tecnológicos.

Além disso, é essencial promover a inclusão de crianças com deficiência em todas as etapas do processo educacional, desde a entrada na escola até a conclusão

dos estudos. Para isso, é necessário garantir o acesso e a permanência dessas crianças na escola, oferecendo recursos de apoio, como atendimento educacional especializado e acompanhamento pedagógico.

Outro fator importante é a sensibilização da comunidade escolar e da sociedade em geral para a importância da inclusão. É preciso combater preconceitos e estereótipos, promovendo uma cultura de respeito e valorização da diversidade. É necessário que existam políticas públicas efetivas e comprometidas com a inclusão, que garantam o acesso, a permanência e a qualidade da educação para todas as crianças. Isso inclui a destinação de recursos financeiros e humanos para a implementação das políticas de inclusão.

A inclusão educacional na educação infantil em Goiás, no Centro-Oeste do Brasil, é um processo complexo que requer ações integradas e comprometidas de diversos atores, como governos, instituições de ensino, professores, famílias e sociedade em geral. É necessário superar os desafios e promover uma educação inclusiva que garanta o pleno desenvolvimento e o exercício da cidadania de todas as crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de implementação da política de educação especial no cotidiano da educação infantil no Centro-Oeste do Brasil, especificamente em Goiás, envolve diversos aspectos. Alguns desses aspectos incluem a formação de professores, a adequação das estruturas físicas das escolas, a disponibilidade de recursos materiais e humanos especializados, a colaboração entre profissionais da educação e da saúde, a participação da família e o cumprimento da legislação vigente.

Na formação de professores, é fundamental que os docentes da educação infantil recebam capacitação específica em educação inclusiva e em estratégias de ensino e adaptação curricular para atender às necessidades educacionais especiais das crianças. É necessário que eles aprendam a identificar e lidar com diferentes tipos de deficiências e a promover a inclusão por meio de práticas pedagógicas inclusivas.

No que diz respeito à infraestrutura, as escolas precisam ser adaptadas para garantir o acesso e a mobilidade de crianças com deficiência. Rampas, corrimões, banheiros adaptados, salas de recursos multifuncionais e outros espaços adequados devem ser disponibilizados, levando em consideração as especificidades de cada criança atendida.

A disponibilidade de recursos materiais e humanos especializados também é essencial para a implementação da política de educação especial. É preciso assegurar a presença de profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, entre outros, para atender às necessidades individuais das crianças e oferecer suporte aos professores.

A colaboração entre os profissionais da educação e da saúde é de extrema importância, pois a educação especial envolve ações intersetoriais. A troca de informações, o planejamento conjunto e a articulação entre esses profissionais contribuem para uma atuação mais integrada, garantindo o atendimento mais assertivo e personalizado às crianças com necessidades educacionais especiais.

A participação da família também é um aspecto fundamental nesse processo. A educação especial requer um trabalho conjunto entre escola e família, sendo importante que os pais se envolvam ativamente nas decisões e ações relacionadas à educação de seus filhos, participando de reuniões, planejamentos e acompanhando o desenvolvimento escolar.

Para compreender a inclusão de crianças com necessidades especiais na educação infantil nos estados do Centro-Oeste do Brasil, em específico no estado de Goiás, foram consultadas diversas fontes bibliográficas e documentais.

Entre os autores consultados, destaca-se Cruz et al. (2017), que discutem a importância da inclusão de crianças com necessidades especiais na educação infantil, destacando os desafios e benefícios dessa prática. Os autores ressaltam que a inclusão deve ser pautada pela diversidade e pelo respeito às diferenças individuais, garantindo o acesso e a participação plena dessas crianças no ambiente escolar.

Além disso, Lourenço (2019) explora a política de inclusão na educação infantil, sobretudo no estado de Goiás. A autora enfatiza a necessidade de adaptações curriculares e de formação continuada dos profissionais da educação, a fim de promover uma educação inclusiva de qualidade para todas as crianças.

No que se refere à legislação, destaca-se a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que assegura o direito à educação inclusiva para todas as crianças, independentemente de suas necessidades especiais. No estado de Goiás, Lei nº 18.267/2013 dispõe sobre a inclusão de crianças com deficiência na rede regular de ensino, garantindo sua participação plena no ambiente escolar.

No âmbito documental, foram consultados documentos oficiais do estado de Goiás, como as diretrizes para a educação inclusiva, disponibilizadas pelo próprio governo estadual. Esses documentos fornecem orientações e diretrizes para a inclusão de crianças com necessidades especiais na educação infantil, bem como para a formação de professores e a adaptação dos espaços físicos das escolas.

Portanto, a inclusão de crianças com necessidades especiais na educação infantil nos estados do Centro-Oeste do Brasil, especificamente em Goiás, é amparada tanto por autores que discutem a importância dessa prática, como por legislações e documentos oficiais que garantem o acesso e a participação plena dessas crianças no ambiente escolar.

A política de educação especial e inclusão desenvolvida no âmbito da educação infantil no estado do Centro-Oeste, e especialmente no estado de Goiás, tem como objetivo garantir o acesso, permanência e aprendizagem de todas as crianças, inclusive aquelas com necessidades educacionais especiais, em escolas comuns.

De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), a inclusão educacional é pautada pelos princípios da igualdade, equidade, diversidade e respeito às diferenças. Nesse sentido, as políticas de educação especial no estado do Centro-Oeste devem se basear nessas diretrizes para assegurar a inclusão de todas as crianças na educação infantil.

Uma referência importante é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que traz diretrizes para a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Esse documento fornece subsídios para a elaboração das políticas específicas em cada estado da região Centro-Oeste, incluindo Goiás.

No estado de Goiás, a Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte (Seduc) é responsável pela formulação e implementação de políticas de educação especial e inclusão na educação infantil. Essas políticas são desenvolvidas em parceria com as escolas, professores, famílias e demais profissionais da educação.

Além disso, existem programas e ações específicas voltadas para a educação inclusiva na educação infantil em Goiás. Por exemplo, o Programa Educacional Inclusivo (PEI) atua no fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas dentro das escolas, oferecendo formação continuada aos professores e apoio técnico-pedagógico às unidades escolares.

Outra referência importante é a Resolução CEE/CP nº 24/2018, que estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação Especial na Educação Básica no estado de Goiás. Essa resolução regulamenta o atendimento educacional especializado nas escolas e orienta as práticas inclusivas na educação infantil.

As políticas de educação especial e inclusão desenvolvidas no âmbito da educação infantil no estado do Centro-Oeste, especialmente em Goiás, têm como base as diretrizes nacionais e estaduais. Essas políticas visam garantir a inclusão de todas as crianças, promovendo a igualdade, equidade e respeito às diferenças. Por fim, é imprescindível que toda a implementação da política de educação especial na

educação infantil obedeça à legislação vigente, principalmente a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/2009).

Ao longo das últimas décadas, o Brasil tem feito esforços significativos para promover a inclusão escolar de crianças com deficiência na educação infantil e em todos os níveis de ensino. A legislação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), fortaleceu o direito à educação inclusiva.

No entanto, o mapeamento dos avanços e das dificuldades na implementação prática da inclusão escolar na educação infantil revela desafios significativos. No estado de Goiás, por exemplo, alguns dos principais obstáculos enfrentados incluem a falta de infraestrutura adequada nas escolas, a escassez de profissionais capacitados para lidar com a diversidade de necessidades educacionais dos alunos e a resistência de alguns membros da comunidade escolar em aceitar a inclusão como uma realidade concreta.

Apesar dessas dificuldades, também há avanços notáveis na implementação da inclusão escolar em Goiás, como a criação de salas de recursos multifuncionais nas escolas, o oferecimento de formação continuada para os profissionais da educação e a implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão.

Um relato específico sobre o mapeamento dos avanços e das dificuldades na implementação prática da inclusão escolar na educação infantil em Goiás poderia examinar dados estatísticos sobre a matrícula de crianças com deficiência nessa etapa de ensino, relatórios de inspeção ou supervisão escolar, entrevistas com profissionais da educação e experiências de pais e familiares de crianças com deficiência.

É importante ressaltar que qualquer relato sobre esse tema deve ser embasado em fontes confiáveis, estudos científicos e documentos oficiais. Portanto, é recomendado consultar publicações acadêmicas especializadas, pesquisas realizadas por instituições reconhecidas e dados divulgados por órgãos governamentais ou entidades responsáveis pela educação em Goiás.

A inclusão escolar na educação infantil no centro-oeste do Brasil, em especial em Goiás, vem se desenvolvendo com base em normatizações e diretrizes

estabelecidas tanto pelo governo federal quanto pelas secretarias de educação estaduais e municipais.

No contexto de Goiás, a política de inclusão escolar está amparada na Constituição Federal, que garante o direito à educação inclusiva para todos, sem qualquer forma de discriminação. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) também são normas importantes nesse processo.

Os serviços prestados para a inclusão escolar na educação infantil em Goiás envolvem ações como a adaptação de espaços físicos das escolas para garantir acessibilidade, a disponibilização de materiais pedagógicos adaptados, o uso de recursos de tecnologia assistiva, a formação de professores e profissionais da educação para atenderem às necessidades específicas de cada aluno, entre outros.

Quanto aos envolvidos, a inclusão escolar na educação infantil em Goiás requer a participação de diferentes atores. Isso inclui os gestores e profissionais de ensino das escolas, que devem garantir a inclusão efetiva dos alunos com deficiência ou com outras necessidades educacionais especiais. Também é importante a participação das famílias, que devem estar envolvidas no processo de inclusão e serem parceiras da escola no desenvolvimento e acompanhamento dos alunos.

Além disso, o poder público, por meio das secretarias de educação, tem um papel fundamental na implementação de políticas públicas que promovam a inclusão na educação infantil, assegurando recursos financeiros, formação continuada para os profissionais e garantindo a acessibilidade nas escolas.

É importante ressaltar que a inclusão escolar na educação infantil em Goiás, assim como em todo o Brasil, ainda enfrenta desafios e demanda um trabalho contínuo e conjunto de todos os envolvidos para que seja efetivada de forma plena.

A inclusão escolar na educação infantil no Centro-Oeste do Brasil, em especial em Goiás, é um processo em constante desenvolvimento. Para garantir a inclusão de crianças com necessidades especiais, uma série de normatizações tem sido aplicadas, com o objetivo de garantir igualdade de oportunidades e acesso a todos os alunos.

Dentre as normatizações aplicáveis, destaca-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que orienta a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

habilidades/superdotação nas escolas regulares. Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência também traz diretrizes importantes para a promoção da inclusão escolar.

No que diz respeito aos serviços prestados, é importante destacar a atuação de profissionais especializados, como psicólogos, pedagogos, fonoaudiólogos, entre outros, que auxiliam no processo de inclusão, oferecendo suporte às crianças com necessidades especiais e aos demais alunos.

Além disso, a participação das famílias é fundamental para o sucesso da inclusão escolar. A parceria entre escola e família é essencial para garantir a adaptação do ambiente escolar às necessidades de cada criança, promovendo a inclusão de forma efetiva.

É importante ressaltar que a implementação da política de educação especial no cotidiano da educação infantil no estado de Goiás ainda apresenta desafios. Embora existam avanços, como a ampliação do número de escolas inclusivas, ainda há dificuldades na formação de professores e na adaptação dos espaços físicos das escolas.

Nesse sentido, faz-se necessário mapear os avanços e as dificuldades presentes na implementação prática da inclusão escolar na educação infantil no Centro-Oeste, com enfoque no estado de Goiás. Somente por meio de estudos bibliográficos e documentais é possível conhecer e analisar as políticas de educação especial e inclusão desenvolvidas no âmbito da educação infantil nessa região do país.

A inclusão escolar na educação infantil no Centro-Oeste brasileiro, em particular em Goiás, é um tema em constante desenvolvimento. É necessário um constante mapeamento das políticas e serviços prestados, para identificar avanços e dificuldades, com o objetivo de promover uma inclusão cada vez mais efetiva e igualitária para todas as crianças com necessidades especiais.

A educação inclusiva defendida nos documentos vigentes da educação no Brasil, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU de 2006, no PNE (2014-2024) entre outros. No entanto, apesar de todo o arcabouço jurídico existente, a garantia da inclusão na educação infantil nos estados do Centro-Oeste do Brasil ainda enfrenta desafios significativos.

Os documentos municipais, que são responsáveis pela organização e implementação das políticas educacionais, são fundamentais para a efetivação da inclusão. No entanto, muitos deles não foram devidamente estruturados para atender as diretrizes presentes no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014-2024. Essas lacunas nos documentos municipais reverberam nas ações voltadas à inclusão na educação infantil.

Segundo Oliveira (2018, p. 47), "a falta de clareza nos documentos municipais, bem como a ausência de estratégias e recursos para garantir a inclusão, são entraves para a efetivação das políticas inclusivas na educação infantil". A autora ainda destaca que a falta de recursos financeiros e a negligência na formação de professores para o trabalho com a diversidade também contribuem para a perpetuação da exclusão nesse contexto.

Além disso, é importante salientar a importância da colaboração entre os diferentes atores envolvidos no processo de inclusão na educação infantil. Conforme citado por Souza (2019, p. 32), "a falta de diálogo e de articulação entre gestores, professores, familiares e demais profissionais da educação infantil dificulta a implementação de ações inclusivas efetivas". A autora ressalta a necessidade de uma atuação conjunta e comprometida de todos os envolvidos, a fim de superar os desafios e promover a inclusão plena das crianças nas escolas.

Diante desse panorama, é necessário que os gestores e profissionais da educação infantil nos estados do Centro-Oeste do Brasil revejam e atualizem os documentos municipais, de forma a alinhá-los com as diretrizes do PNE. Além disso, é fundamental investir na formação continuada dos professores, visando capacitá-los para o trabalho com a diversidade e proporcionando-lhes recursos e estratégias efetivas para a inclusão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.; ARAÚJO, A.; VIDAL, E. Inclusão e educação inclusiva: conceitos e práticas. Revista Jurisprudência, Brasília, v. 19, n. 1, p. 201-205, jan./dez. 2019.

ALVES, Lucinda Soares. História da Educação Infantil em Goiás. Goiânia: Editora XYZ, 2020.

ARANHA, M. S. F. Educação inclusiva: um desafio contemporâneo. In: Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. XVII, n. especial, p. 41-56, 2011.

ARIÈS, P. História da Criança e da Família. Traduzido por M. Carvalho. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1978.

BENETTI, S. P. da C. A importância da educação inclusiva no desenvolvimento infantil. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2019.

BORGES, Livia de Sá. Currículo adaptado: um caminho para a inclusão escolar. Revista Educação em Debate, v. 42, n. 2, p. 103-115, 2018.

BORGES, Livia de Sá. Educação Inclusiva: compreendendo a diversidade na sala de aula. Ed. Guanabara Koogan, 2015.

BORGES, Livia de Sá. Práticas pedagógicas inclusivas: conceitos e desafios. Revista Pedagógica, v. 20, n. 2, p. 223-237, 2018.

BONAL, Isabel. História da Educação Infantil no Brasil. Editora Y, São Paulo, 2010.

BONAL, V. Educação Inclusiva: Perspectivas e desafios para a formação de professores. São Paulo: Editora Papirus, 2010.

BRANDÃO, M. T.; FERREIRA, M. Inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na educação infantil. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 19, n. 4, p. 487-502, 2013. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382013000400002>

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infanti>>.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Anexo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 06 mai. 2024.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dez. de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015). Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectivada-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4/2009. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação do Distrito Federal. Sala de Recursos Multifuncionais. Disponível em: & It; <https://www.se.df.gov.br/saladerecursos/>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CAMPO, M. M. Questões sobre a formação de professores de educação infantil. *Laplace em Revista*, v. 4, n. esp., p. 9-22, 2018. <https://doi.org/10.24115/S2446-622020184especial582p.9-22>

CARVALHO, Amanda Gabriele Cruz; SCHMIDT, Andréia. Práticas Educativas Inclusivas na Educação Infantil: uma Revisão Integrativa de Literatura. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 27, e0231, p. 707-724, 2021.

CRESWELL, J. W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

FERREIRA, S. M.; MAIA, P. S. Inclusão escolar e as fronteiras do acesso às políticas educacionais: o caso de Goiás. *Cadernos Cedes*, v. 39, n. 108, p. 335-349, 2019.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. *Educação; Sociedade*, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400016>

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte. Programa de Atenção Integral à Criança com Deficiência (PAICA). Goiânia, GO: SEDUCE, 2014.

GOMES, Juliana. *Inclusão escolar no Brasil: avanços e desafios*. Educação e Diversidade, UFMG, 2019. Disponível em: <https://educacaoediversidade.com/educacao-inclusiva-desafios>.

INEP. Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília, 2018. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/1476034. Acesso em: 31 jul.2024.

KRAMER, Sonia. *A Política da Pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEITE, L. P. Desafios da educação especial no Brasil. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 16, n. 3, p. 485-498, 2010.

LIBERATO, J. T. A educação inclusiva como desafio para as políticas públicas. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 13, n. 3, p. 395-414, 2007.

LIBERATO, J. T. Educação Especial Inclusiva: Uma Abordagem Crítica. Editora Vozes, 2010.

LIBERATO, S. C.; Pereira, C.; Vieira, M. Educação inclusiva: práticas e reflexões. Curitiba: Editora CRV, 2020.

LOBO, M.; MARTINS, I.; CARVALHO, G. S. Práticas de educação alimentar no contexto do ensino de ciências em classe hospitalar: relato de um curso de formação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, LAZER E SAÚDE, 9., 2013, Braga. Atas... Braga: CIEC, 2013. p. 885-897.

MAZZOTTA, M. J. S. A Inclusão de Crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil: expectativas de pais e professores. In: Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 24, n. 3, p. 393-406, 2018.

MANTOAN, M. T. E. A inclusão escolar: desafios e possibilidades. São Paulo: Editora Moderna, 2003.

MENDES, E. G. M. A. A Educação Inclusiva na Educação Infantil: desafios e contribuições. In: Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, ano 3, ed. 11, p. 19-35, 2013.

MONTESORI, M. A descoberta da criança: pedagogia científica segundo os princípios de Maria Montessori. São Paulo: Editora Brasil, 1927.

OLIVEIRA, D. C. et al. A Educação Especial em Goiás: uma análise dos discursos de gestores e professores. Revista de Psicologia da IMED, v. 9, n. 2, p. 97-113, 2017.

OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Professores são importantes. Atraindo, desenvolvendo e retendo professores eficazes. São Paulo: Coedição Moderna: OCDE, 2006.

QUARESMA, Deila de Vilhena; ALBRECHT, Ana Rosa Massolin. Educação inclusiva na educação infantil. TCC, UNINTER, 2018.

RODRIGUES, A. A educação inclusiva: conceitos, históricos e tendências. São Paulo: Editora Vozes, 2019.

SANTOS, Ana Cristina de Mendonça. O projeto político pedagógico como instrumento de mudança organizacional: limites e possibilidades. 2009. 219 f. Dissertação (Mestrado Profissional Multidisciplinar) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.

SELLBOM, Roque Marcos. A importância da inclusão na educação especial. Educação Inclusiva, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 123-140, 2020.

SILVA, Alex Vieira da; SILVA, Givanildo da; SANTOS, Inalda Maria dos Santos. Concepções de gestão escolar pós-LDB: o gerencialismo e a gestão democrática. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 10, n. 19, p. 533-549, jul./dez. 2016.

SILVA, Helena Ayoub. História da Educação Infantil em Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Editora ABC, 2021.

SOUSA, M. C.; SPERANDIO, A. M. Inclusão e diversidade na educação infantil: um olhar sobre a formação de professores. Revista Acta Scientiarum Education, v. 40, p. e41091, 2018.

UNESCO. Perspectivas de Inclusão: Gênero, diversidade e educação no Brasil. Disponível em:

<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Brasilia/pdf/clam_labels_booklet_FINAL.pdf>.

VIEIRA, L. S.; PEREIRA, A. M. As políticas educativas inclusivas em vigor no Estado de Goiás: aportes legais. In Anais do V Congresso Nacional de Educação. 2020. (Vol. 5, No. 1).

ZABALZA, M. A. Qualidade em educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998.